

ZPEs ganham regras, mas ainda não podem funcionar

Congresso cumpre sua parte ao regulamentar as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Mas ainda há o que fazer, apesar de o instrumento ter sido criado há 20

anos pelo então presidente José Sarney. Além da sanção presidencial, é preciso recriar o Conselho Nacional das ZPEs, que depende da aprovação de seis ministérios.

PÁGINAS 4 E 5



LUIZ CARLOS MURAUJKAS/FOLHA IMAGEM

Protesto de metalúrgicos na Grande São Paulo: centrais sindicais afirmam que proposta gerará empregos e garantirá mais tempo livre para o trabalhador

Trabalhadores pressionam por jornada de 40 horas semanais

PÁGINAS 8 E 9

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

cidadania

Criança e adolescente diante da polícia

Na relação com crianças e adolescentes, os policiais têm de respeitar os direitos fundamentais garantidos ao cidadão. Mas precisam também considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente. O *Especial Cidadania* esclarece as principais dúvidas sobre o tema.

PÁGINA 16

CPI dos Cartões deixa pedidos de indiciamento para o Ministério Público

PÁGINA 3

Vítimas de *overbooking* podem ganhar direito a indenização

PÁGINA 10

Programa Senado Verde realiza Semana do Meio Ambiente

PÁGINA 15

ESPECIAL Meio Ambiente
JORNAL DO SENADO

Como enfrentar as mudanças climáticas?

O mundo comemora, na semana passada, o Dia Mundial do Meio Ambiente dedicado aos desafios das mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento das atmosferas de gases de efeito estufa. Há vários cenários para o futuro do Brasil diante do aquecimento global, que incluem inclusive o desaparecimento de parte significativa da Floresta Amazônica nas próximas décadas. O quadro assusta, mas ao mesmo tempo reforça a necessidade de busca por soluções que tenham a uma relação mais equilibrada entre o homem e o planeta. Basta refletir: o Brasil é grande divisor e produtor dos recursos hídricos no Brasil. Ao mesmo tempo, possui grandes reservas de energia renovável, como a eólica por energias renováveis - a eólica do biocombustível - o uso das grandes reservas naturais, a gestão de florestas e das mananciais e a importância da educação ambiental.

Energia limpa está no vento, no sol, na água e na biomassa
No Brasil, 95% da energia consumida vem de hidrelétricas - além disso, o país possui grandes reservas de energia renovável, como a eólica, a solar e a biomassa.

Em debate, produção de alimento ou biocombustível?
O debate ganhou força depois que a grande mídia começou a discutir a possibilidade de usar a terra para a produção de alimentos ou para a produção de biocombustíveis. A produção de alimentos é essencial para a sobrevivência humana, mas a produção de biocombustíveis é essencial para a sustentabilidade ambiental.

Polição do solo e do ar suporta qualidade de vida
A poluição do solo e do ar é um dos maiores problemas ambientais. Ela afeta a saúde humana e a qualidade de vida. A adoção de medidas preventivas é essencial para a melhoria da qualidade de vida.

Encarte mostra os desafios impostos pelas mudanças climáticas, que podem afetar a economia e o dia-a-dia das pessoas.

INVESTIGAÇÃO

CPI dos Cartões aprova relatório final

Os parlamentares da CPI Mista dos Cartões Corporativos aprovaram na quinta-feira o relatório final apresentado pelo deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). No texto, o relator não

pede o indiciamento de nenhuma autoridade apontada por uso irregular de cartões. Para Luiz Sérgio, se for necessário pedir indiciamento, isso deve ser feito pelo Ministério Público.

O relator também não aborda no relatório o caso do dossiê, documento divulgado para a imprensa contendo dados de gastos sigilosos realizados pelo ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso. Para Luiz Sérgio, essa é uma questão que deve ser investigada pela Polícia Federal, e não pela CPI.

O relatório sugeriu um projeto de lei destinado a regulamentar o uso de cartões corporativos, cuja aprovação o deputado pediu que seja feita com a maior rapidez possível. Entre as sugestões do projeto está a determinação de que os extratos de gastos sigilosos ligados à Presidência da República só sejam divulgados um ano após o fim do mandato do presidente.

A proposição sugerida também proíbe o saque em espécie, excluindo “casos excepcionais”, a serem definidos por cada órgão,

que não podem ultrapassar 30% do limite do cartão. O projeto ainda determina que os extratos dos cartões corporativos sejam divulgados mensalmente na internet.

Luiz Sérgio defende em seu relatório a manutenção do uso dos cartões corporativos e conclui que as denúncias de irregularidades não eram procedentes e, em sua maioria, foram originadas em erros da imprensa. “Concluimos que a opinião pública foi vitimada por informações pouco precisas, embora houvesse, realmente, casos isolados de uso incorreto de cartão de pagamento do governo”, diz no texto.



Marisa Serrano (E) e Luiz Sérgio: relatório da CPI não pede o indiciamento de nenhuma autoridade

CPI teve história tumultuada

A CPI dos Cartões teve uma história conturbada. Em fevereiro, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), propôs a criação de uma comissão de inquérito apenas no Senado e conseguiu o número necessário de assinaturas para a instalação.

Por acordo com a oposição, acabou sendo criada uma comissão mista. Mas a disputa continuou, uma vez que a oposição passou a exigir a presidência do colegiado.

A despeito de novo requerimento para criação de uma CPI no Senado, apresentado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), fechou-

se novo acordo e Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita presidente da CPI mista. A relatoria ficou com um governista, o deputado Luiz Sérgio.

Os governistas conseguiram direcionar os trabalhos, limitando as investigações aos gastos com cartões já publicados no Portal da Transparência e às auditorias do Tribunal de Contas da União. Gastos sigilosos da Presidência mantiveram-se, em sua maior parte, resguardados do exame dos parlamentares. Também não foi aprovada nenhuma quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico de envolvidos.

Oposição tentou aprovar indiciamento de servidores

O voto em separado apresentado pelos partidos de oposição – PSDB, DEM, PSOL e PPS – à CPI dos Cartões Corporativos, e que nem chegou a ser votado porque o relatório do deputado Luiz Sérgio foi aprovado, pedia ao Ministério Público o indiciamento de 473 servidores suspeitos de uso indevido de cartões do governo federal. Desse total, o documento também solicitou a abertura de processo na Comissão de Ética Pública contra 37 desses

servidores e autoridades.

Entre eles, estão a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; os servidores da Casa Civil Erenice Alves, Maria Castillo e José Aparecido Pires. A oposição também sugeriu a abertura de processo contra os ministros Orlando Silva (Esporte) e Altemir Gregolin (Aqüicultura e Pesca) e os ex-ministros Olívio Dutra (Cidades), Benedita da Silva (Assistência Social), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário) e Ma-

tilde Ribeiro (Igualdade Racial).

A oposição sugeriu ainda o indiciamento do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, por ter feito “despesas excessivas e injustificadas” com cartões corporativos. E recomendou processo contra o funcionário da Presidência Waldir Richter Medeiros, pelo pagamento de serviço de internet em favor do filho do presidente da República Fábio Luiz Lula da Silva.

Magno Malta promete ajuda contra pedofilia em Roraima

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), recebeu na sexta-feira telefonema do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, convidando os integrantes da comissão a acompanharem a Operação Arcanjo, da Polícia Federal, que prendeu no estado suspeitos de envolvimento em pedofilia e tráfico de drogas. Entre os detidos, estão o procurador-geral de Roraima, Luciano de Queiroz; um major da Polícia Militar; um funcionário do Tribunal Regional Eleitoral e empresários. “O caso é sério e o governador disse que gostaria de ter a nossa ajuda. Eu já dei minha palavra ao governador de que nós vamos a Roraima”, afirmou o senador.

Magno Malta disse que, nesta semana, a CPI irá a São Paulo para ouvir diretores do provedor de internet UOL, que deverão

prestar esclarecimentos sobre denúncias de atuação de pedófilos em salas de bate-papo virtual da empresa.

O senador classificou ainda de “fantástica” a reunião da comissão de inquérito com o presidente Lula, ocorrida na quinta-feira no Planalto. “Ele ficou chocado com as barbaridades que pudemos ver até agora. Recebeu com muito carinho os integrantes da comissão e deu garantias de que fará tudo para dar celeridade, por exemplo, à proposta que tipifica a pedofilia”, contou Malta.

Proposição nesse sentido está sendo elaborada pela CPI e prevê até 30 anos de prisão para pedófilos. Lula, segundo o senador, também apoiou a proposta de criação de um departamento específico para crimes cibernéticos na Polícia Federal.



Jucá (E), João Durval, Flexa Ribeiro e Demostenes discutem na CI denúncias de ex-diretora da Anac

Comissão vai investigar venda da Varig

Senadores da base do governo e da oposição decidiram na quinta-feira, em reunião da Comissão de Infra-Estrutura (CI), investigar as denúncias da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu de que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, favoreceu o fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros durante o processo de venda, em 2005, da companhia aérea Varig e da VarigLog, sua subsidiária de transporte de carga.

Em duas rodadas – nas pró-

ximas quartas-feiras, 11 e 18 de junho – serão ouvidas pela CI 11 pessoas, entre elas Denise Abreu e o advogado Roberto Teixeira, amigo do presidente Lula. De acordo com as denúncias, Teixeira usou seus contatos no governo para obter vantagens financeiras para os compradores da Varig.

Dilma não foi convidada para prestar depoimento nessa pré-apuração das denúncias. Os requerimentos aprovados foram do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), de Demostenes Tor-

res (DEM-GO) e de outros membros do DEM e do PSDB. Governo e oposição votaram a favor dos requerimentos, com exceção de Lobão Filho (PMDB-MA).

A oposição alertou que, se os depoimentos não forem convincentes e Denise Abreu confirmar as acusações perante a CI, haverá pedido de criação de uma CPI para apurar tais denúncias, consideradas por Demostenes “muito graves”. O senador não descartou a ida de Dilma ao colegiado. Mas disse que primeiro é preciso ouvir as acusações feitas contra ela.

Falta de controle nos municípios e estados compromete ação dos tribunais de contas

O vice-presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Luiz Sérgio Vieira, apontou a melhoria do controle interno em prefeituras e governos estaduais como condição para a maior eficiência do trabalho dos tribunais de contas do país. O conselheiro, que integrou a quarta mesa do ciclo de debates “Controle Público, Instrumento de Cidadania”, pro-

movido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), defendeu o aperfeiçoamento na análise das contas dos executivos municipais e estaduais.

Vieira também defendeu a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público perante os Tribunais de Contas, sugerida pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) em

proposta de emenda à Constituição, a chamada PEC do Controle Externo. No debate, Casagrande defendeu maior agilidade no exame dessa PEC (30/07), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc), Amilson Carneiro de Araújo, apontou a necessidade

de integrar os tribunais, os quais, afirmou, enfrentam realidades muito heterogêneas.

A cientista política Leany Lemos informou que, de 1988 a 2005, mais de um terço da atividade do Congresso se referiu a ações de controle, como convocação de ministros, audiências públicas e sabatina de autoridades. A pesquisadora, que é coordenadora do curso de especialização em Ci-

ência Política da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), cobrou, porém, maior publicidade às informações.

Já o consultor-geral de Orçamento do Senado, Fábio Gondim, explicou como funciona o Siga Brasil, sistema criado pela consultoria para possibilitar o acesso, por meio da internet, a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos federais.

EXPORTAÇÃO Decisão do Senado que regulamenta zonas de processamento é avanço, mas ainda há muito a fazer



Galpão de Viracopos, em Campinas (SP), por onde passa boa parte dos produtos exportados por avião: ZPEs devem aquecer economia

ZPEs já têm regras definidas. Agora vão encarar a burocracia

Após 12 anos de discussões, o Congresso fez o dever de casa e conseguiu concluir a nova legislação que assegura regras estáveis para quem quiser investir nas zonas de processamento de exportação (ZPEs). A Medida Provisória 418/08, construída a partir de um acordo entre governo e parlamentares para dar espaço a novas negociações sobre os 19 vetos presidenciais à lei que recriou as ZPEs no ano passado (11.508/07), foi aprovada pelo Plenário do Senado na última quarta-feira (ver página 5).

de outros países do sudeste asiático. Falta agora o governo fazer a sua parte. E não é pouco.

Ao mesmo tempo em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa sancionar a nova lei – e tem até 15 dias para isso –, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) terá de agilizar a burocracia para recriar o Conselho Nacional das ZPEs, desativado no governo Fernando Henrique Cardoso. A minuta de decreto com a composição do conselho de ministros, presidido pelo titular do MDIC e com participação de outros cinco (Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente, Integração Nacional e Casa Civil), teve de ser refeita para se adequar à MP e deve chegar à Casa Civil esta semana, segundo informações obtidas no próprio ministério.

Falta recriar o conselho das ZPEs, que depende de seis ministérios

A burocracia federal exige que todos os ministros estejam de acordo, o que fará com que a minuta passe por todos os seis ministérios antes de chegar à mesa do presidente Lula. Não bastasse esse périplo, encurtado pela transmissão automatizada, ainda será necessário remontar a secretaria executiva do conselho, com nove cargos.

Se forem criados, como explica o presidente da Associação Brasileira das ZPEs (Abrazpe), Helson Braga, será necessário editar nova MP ou projeto de lei em regime de urgência. Ele confia, porém, que os cargos possam ser remanejados pelo Planejamento. O ministro Miguel Jorge, do MDIC, anunciou semana passada, durante evento em Natal, que estaria em entendimentos com o colega Paulo Bernardo, do Plane-

jamento, para obter os cargos.

Após a sanção da lei, será feita a sua regulamentação por meio de decreto. Além disso, a Receita Federal terá de expedir suas instruções para o funcionamento das aduanas dentro das ZPEs e o Banco Central precisará disciplinar os procedimentos na área cambial. Mesmo assim, Helson Braga calcula que esse processo todo demore ao menos dois meses, na melhor das hipóteses e com muita pressão dos interessados nas ZPEs.

– Tenho recomendado às empresas que não esperem esse imbróglie se desfazer. Elas precisam acelerar seus projetos de implantação, que terão de ser aprovados pelo conselho. A regulamentação do antigo decreto das ZPEs ainda não foi revogado e pode servir de base para os empresários – sugere.

Afinal, são bilhões de dólares em jogo. E muitos já cansaram de esperar (ver matéria ao lado).

Associação diz que há US\$ 10 bilhões esperando por definição

Os investimentos que ficaram na fila, aguardando a nova legislação aprovada pelo Congresso para as ZPEs, se aproximam dos US\$ 10 bilhões. Essa é a cifra divulgada pelo presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Helson Braga, que já perdeu a conta de quantas vezes veio a Brasília para negociar as mudanças legais que ajudarão a viabilizar esses investimentos.



Helson Braga já perdeu a conta das viagens que fez a Brasília para negociar regras das ZPEs

prefeitos, empresários brasileiros e estrangeiros mostra, segundo Braga, a aposta nos novos distritos industriais voltados para

exportação.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior analisa dez pedidos para constituição de novas ZPEs ou transferência de localização de algumas das 17 autorizadas nos governos Sarney (13) e Itamar Franco (4). O mais conhecido é o do Ceará, que tem pleno apoio de Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos senadores que trabalhou ativamente para a aprovação da nova lei. O governador cearense, Cid Gomes (PSB), já solicitou a transferência da ZPE do município de Maracanaú, já autorizada, para a região portuária de Pecém.

Como a nova lei estabelece que quem chegar primeiro terá

prioridade no exame pelo conselho, os estados que não possuem ZPE aprovada – como São Paulo e Goiás, que pretendem instalar uma em Campinas e outra em Anápolis, respectivamente – estão apressando as discussões para encaminhar suas solicitações ao ministério. Segundo Helson Braga, os planos e as intenções de negócio estão fervilhando.

Na ZPE de Ilhéus (BA), criada em 1989 e sendo agora reativada, um grupo indiano já anunciou investimentos de US\$ 1,6 bilhão na exploração de minério de ferro no oeste do estado, além da construção do mineroduto e do terminal portuário para exportar a produção em pellets.

Empresário catarinense desistiu após 16 anos de espera

Defensor das ZPEs desde 1992, o empresário catarinense Jonas Damásio cansou de esperar uma solução do governo e do Congresso para montar o seu negócio. Desfez no ano passado os entendimentos com dois grupos estrangeiros, um da China e outro da Espanha, para montar na ZPE de Imbituba (SC), em um projeto para exportar resistências elétricas industriais e residenciais. Aos 74 anos, passou aos filhos o comando da empresa Mineoro, tradicional fabricante de detector de metais. “Agora, a tarefa de decidir se a empresa retomará o investimento na ZPE será deles”, afirmou Damásio, um dia depois de o Senado aprovar o projeto. Foram 16 anos à espera de uma legislação que desse garantias ao investimento. “Cheguei a construir um prédio na área da ZPE, com gastos de cerca de R\$ 600 mil”, lembra Damásio, que ainda não colocou na ponta do lápis todos os prejuízos que sofreu com a demora na aprovação da nova lei. Ele estima que, se o empreendimento, que seria formado também com capital e tecnologia de sócios chineses e espanhóis, estivesse funcionando a mesa do presidente Lula, poderia estar faturando cerca de US\$ 500 milhões anuais.

Autorizada a funcionar em 1994, a ZPE é apontada, entre as 17 aprovadas até agora, como a que se encontra em estágio mais avançado. “É a única com três projetos industriais já aprovados, entre 1998 e 1999, pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação”, diz Manoel Cavalcanti, que preside a administradora da ZPE desde 1995. Se os três empreendimentos estivessem funcionando, segundo Cavalcanti, criariam 900 empregos diretos, envolvendo investimentos de US\$ 30 milhões. Além da Mineoro, há um projeto autorizado para a fabricação de calçados para exportação, outro de industrialização de móveis e mais 12 cartas de intenção de empresários interessados em se instalar nos 200 hectares da ZPE, que já planeja acrescentar outros 150 hectares para abrigar empresas exportadoras. “Fizemos as obras civis, com as instalações da Receita Federal, inclusive a plataforma de fiscalização para os funcionários da aduana. Há água e energia elétrica”, relata Cavalcanti. Damásio recorda do seu último contato com Everardo Maciel, secretário da Receita Federal do governo Fernando Henrique, há oito anos. “Estava praticamente tudo pronto para começar a funcionar. Mas o Everardo me disse que recebera ordem do Palácio para não avançar. Infelizmente, nossa ‘burocracia’ emperrou nosso desenvolvimento”, lamenta.

EXPORTAÇÃO Vai à sanção do presidente nova lei que pode estimular economia e reduzir desigualdade regional

Senadores mantêm texto aprovado na Câmara

Sem alterar o texto que veio da Câmara e espremidos pelo exíguo prazo de validade da MP 418/08, que venceria em 13 de junho, os senadores aprovaram com votos contrários da bancada do Amazonas, na última quarta-feira, o Projeto de Lei de Conversão 15/08, que completou a legislação que estabelece as regras para o funcionamento e a concessão de incentivos às empresas autorizadas a operar em zonas de processamento de exportação. A matéria agora será remetida ao presidente da República, que tem até 15 dias para sancionar a nova lei.

Originário da MP 418/08, o PLV teve como relator-revisor o senador José Sarney, que quando presidente editou em 1988 o Decreto-Lei 2.452, que criou as ZPEs, inspiradas nos modelos bem-sucedidos adotados especialmente pelos países asiáticos, como China e Coreia do Sul. Na defesa da proposta, Sarney lembrou que a resistência de empresas do Centro-Sul do país deteve a instalação e das zonas de exportação.

Falta recriar o conselho das ZPEs, que depende de seis ministérios

destinada à exportação, o projeto aprovado permite que as empresas instaladas nessas zonas vendam internamente até 20% de sua produção, arcando, nesse caso, com o pagamento de todos os impostos que são isentos nos produtos exportados.

Sarney lembrou, em pronunciamento no Plenário, que passou a defender a criação das ZPEs quando voltou de viagem à China, em 1988. Naquele ano, o país asiático tinha 15 ZPEs. Hoje, informou o senador, são 163, que movimentam US\$ 1,7 trilhão, ou dois terços das exportações chinesas, com 200 milhões de pessoas envolvidas. O resto do mundo, segundo ele, aderiu à idéia: atualmente há 184 ZPEs nos Estados Unidos, 62 nos países do ex-bloco comunista europeu e também em vários países sul-americanos, como o Uruguai, a Venezuela, o Peru e o Chile.

José Sarney ainda enfatizou que as ZPEs poderão impulsar o equilíbrio regional do país, acelerando o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Ele disse que as zonas de exportação têm sua produção destinada exclusivamente ao mercado externo, principal diferença das zonas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus, cuja produção é destinada ao mercado interno.

O PLV especifica os benefícios tributários para as ZPEs e as exigências para as empresas alcançarem esses incentivos. Foram colocadas algumas salvaguardas, inclusive para atender aos pleitos da bancada do Amazonas. Os incentivos, por exemplo, deverão ser aplicados na aquisição de bens e serviços a serem incorporados ao patrimônio da empresa. Caso as empresas que operam em zonas de exportação resolvam vendê-los, terão de pagar impostos, contribuições e multa por descumprimento da legislação.



Sarney, relator, defende as ZPEs há 20 anos, desde que visitou a China como presidente da República

Amazonas teme prejuízos à Zona Franca

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou a regulamentação da isenção de impostos para empresas autorizadas a operar nas ZPEs.

– Foram 20 anos de luta e espera – ressaltou.

Ele destacou que o projeto permite que as empresas instaladas nessas áreas vendam internamente até 20% do que produzirem, “arcando, nesse caso, com o pagamento de todos os impostos que são isentos nos produtos exportados”.

As críticas ao projeto vieram da bancada do Amazonas, que saíram em defesa da Zona Franca de Manaus. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que o relator, José Sarney, poderia emendar a matéria, que voltaria à Câmara ainda em tempo hábil. Com discurso enfático, ele reconheceu a derrota.

– Há três senadores no meio de 81 dizendo que o Amazonas perde tudo com a criação das

ZPEs – salientou, lembrando que as indústrias eletroeletrônica e de motocicletas representam 90% da economia do estado, um modelo de desenvolvimento que protegeu a floresta.

Na fase de votação da admissibilidade da MP, o líder do PSDB angariou alguns aliados contrários ao excesso de medidas provisórias. Mas o placar acabou com 45 votos a favor e seis contrários, entre eles o de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que anunciou sua oposição a todas as MPs, e de Alvaro Dias (PSDB-PR), também contra as medidas, embora favorável à criação das ZPEs.

João Pedro (PT-AM) afirmou que o projeto afronta determinações da constituição do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas foi contestado pelo relator. José Sarney explicou que o Mercosul regula apenas zonas aduaneiras e a OMC somente proíbe subsídios

à exportação. Jefferson Praia (PDT-AM), por sua vez, salientou os possíveis efeitos ambientais negativos para o Amazonas com o PLV.

Sarney também contraditou os argumentos de Arthur Virgílio, lembrando que o projeto aprovado impede a transferência de indústrias instaladas na Zona Franca ao proibir a instalação, nas ZPEs, de fábricas com produção semelhante. Também citou a proibição da venda dos 20% permitidos para o mercado interno caso os produtos da ZPEs prejudiquem a produção interna.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) alertou para a aprovação de artigo que não fez parte do acordo. Segundo ele, o texto concede isenção do Imposto de Renda para as fábricas instaladas nas ZPEs nos cinco primeiros anos de funcionamento. Também criticou o artigo que mantém o incentivo para produtos oriundos de paraísos fiscais.



Geovani Borges, João Pedro e Arthur Virgílio: criação de novas áreas divide senadores

PLENÁRIO

Garibaldi acha difícil acordo sobre Fundo Soberano

Somente um acordo entre as lideranças partidárias pode permitir a aprovação no Congresso Nacional da proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB) antes do recesso. A previsão é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, que considera “difícil” um ambiente político para esse acordo na Casa.

Ainda em gestação pela equipe econômica do governo, a idéia que embasa esse fundo é aproveitar o superávit primário, que está acima da meta, e guardar recursos para eventuais dificuldades econômicas. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, esse fundo terá caráter eminentemente fiscal e permitirá o controle da inflação.

O presidente do Senado disse

que ainda não se debruçou sobre o assunto nem foi informado pelo governo sobre a forma como a matéria será encaminhada nem quando ela chegará ao Legislativo.

Sobre a Contribuição Social para a Saúde (CSS), objeto de divergências partidárias e prestes a ser votada na Câmara dos Deputados, o senador observou que a proposta pode até ser acatada naquela Casa, mas sua aprovação não é garantida quando chegar à deliberação dos senadores.

– Eu acredito que isso poderá ser votado na Câmara. Eu soube que tinham surgido divergências na própria Câmara, mas continuo acreditando que lá seja votado. Porém, no Senado, é outra história – salientou Garibaldi Alves.

Aprovada MP que prevê mais recursos para o BNDES

O Senado aprovou na terça-feira passada a constituição de uma fonte adicional de recursos, no valor de R\$ 12,5 bilhões, para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos para a iniciativa, prevista na Medida Provisória 414/08, virão do superávit financeiro – o chamado excesso de arrecadação de impostos – existente no Tesouro Nacional. As condições financeiras e contratuais dessa abertura de crédito serão defini-

das pelo Ministério da Fazenda. A matéria, que foi relatada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), segue para promulgação.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), anunciou que a sua bancada votaria contra a matéria por causa do método utilizado pelo governo, “que insiste em legislar sobre matéria orçamentária por meio de MPs”. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), também anunciou voto contra a MP.

– Vamos nos dar ao respeito e votar “não” – disse Virgílio.

“Prejuízo à missão de legislar”

As constantes edições de medidas provisórias por parte do Poder Executivo podem constituir um regime de exceção. O alerta foi feito pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, na abertura da sessão especial em que a Casa celebrou, na terça-feira passada, os 200 anos da imprensa brasileira e homenageou o seu patrono, Hipólito José da Costa.

Garibaldi Alves observou que os trabalhos do Parlamento brasileiro estão sendo prejudicados na sua maior missão, que é a de

legislar.

Como exemplo, o senador informou que, somente em 2007, das 145 sessões deliberativas realizadas pelo Senado, pelo menos 89 tiveram as suas pautas trancadas em virtude de MPs. Para o presidente da Casa, trata-se de uma “estatística impressionante” que vem preocupando a todos.

– Mas, nesse caso, o Congresso possui um forte aliado na luta pela restrição de edição de medidas provisórias, que é a imprensa – disse Garibaldi.

Senado acolhe nome de três novos ministros para o STJ

Os nomes de três indicados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram aprovados pelo Plenário na última quarta-feira.

Os senadores acolheram as indicações de Luis Felipe Salo-

mão, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Mauro Luiz Campbell Marques, da lista enviada ao Poder Executivo pelo Ministério Público; e Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Temporão quer fonte segura para saúde

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que somente 0,5% da população brasileira (os muito ricos) não usam os serviços públicos de saúde. Mesmo os brasileiros de classe média alta quando se acidentam ou precisam de remédios caros para tratar doenças crônicas, por exemplo, apelam para o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o ministro, que defende a aprovação pelo Congresso de fonte de financiamento segura, permanente e exclusiva para o setor.

No debate, proposto pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), o Temporão disse que quem ganhou com a extinção da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) foram os bancos e as grandes empresas, pois, na sua opinião, os pobres e a classe média não tinham seus orçamentos afetados pela contribuição.

O ministro debatia com os



O ministro da Saúde (E) com Patricia Saboya e Papaléo Paes: somente os muito ricos não usam serviços públicos de saúde

senadores enquanto se discutia, no Plenário da Câmara, a proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), com alíquota de 0,1% sobre as movimentações financeiras. A votação do projeto está marcada para esta semana naquela Casa. Temporão observou que, se aprovada a proposta, as pessoas que recebem até R\$ 3.088 não pagarão a CSS.

– O meu orçamento de classe média e da minha família nunca foram afetados pela CPMF. Os R\$ 40 bilhões da CPMF vinham

de grandes bancos, grandes empresários. Esses recursos foram apropriados novamente por essas grandes empresas – comentou.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), quem deixou de pagar CPMF foi a empregada doméstica no preço do arroz, do café e de outros produtos “que incorporavam o tributo”.

Temporão argumentou ainda que os projetos do ministério visam ampliar e melhorar os serviços de saúde e que, sem os novos recursos, muita gente deixará de ser atendida.



Garibaldi (C) e Simon (D) cercados por vereadores na reunião de líderes: novas regras não devem valer para próximas eleições

PEC dos Vereadores não terá prioridade na pauta

Os líderes partidários no Senado decidiram na última quarta-feira que a proposta de emenda à Constituição que aumenta o número de vereadores, mas reduz os gastos com as câmaras municipais do país (PEC 20/08), seguirá tramitação normal, ou seja, não será votada antes que sejam apreciadas as matérias que a antecedem por ordem de chegada.

Dessa forma, os senadores acreditam que há poucas chances de a mudança ser colocada em prática já nas próximas eleições municipais. Para que as novas regras fossem implementadas já a partir do pleito de outubro, a PEC teria que ser aprovada até 30 de junho.

– Não havendo consenso para votação, dificilmente ela será votada – disse Garibaldi.

A proposta, aprovada na Câmara em primeiro e segundo turnos, chegou ao Senado sob forte pressão dos legislativos municipais do país, contrários ao texto. Na avaliação dos vereadores, que participaram da reunião de lideranças, a redução

do limite de gastos às vésperas das eleições é inoportuna. Eles também alegam que o corte poderia inviabilizar o funcionamento de muitas câmaras.

– Acho que o Brasil não precisa de mais vereadores, precisa de mais eficiência e qualidade nos serviços, e isso não conseguiremos com um orçamento tão reduzido – afirmou o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo.

O texto aprovado na Câmara, onde a matéria tramitou como PEC 333/04, aumenta o número de vereadores do país dos atuais 51.748 para 59.791, mas reduz os gastos com vereadores de R\$ 6 bilhões para R\$ 4,8 bilhões anuais, porque o limite de gastos das câmaras foi fixado entre 2% e 4,5% da arrecadação do município dentro de cinco faixas de receita total anual. Hoje, esse limite é de 5% a 8% da receita, variando com base no número de habitantes.

A PEC cria 24 faixas de números de vereadores, de acordo com o tamanho da população de cada município.

Substitutivo

fixa regras para criação de municípios

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última quarta-feira, substitutivo ao PLS 98/02-Complementar, que tramita em conjunto com outros três projetos, e que fixa condições para que estados possam criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios. O texto estabelece regras que podem garantir a manutenção de municípios criados a partir da edição da Emenda Constitucional 15 (EC 15/96), de 1996, com base em regulamentação fixada por legislações estaduais consideradas inconstitucionais. Para a validação desses atos, o senador fixou como critério o efetivo funcionamento do município, com a existência de vereadores e prefeitos eleitos e empossados.

A votação do substitutivo foi adiada por pedido de vista coletiva encabeçado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). A EC 15/96 foi aprovada pelo Congresso como resposta ao aumento desordenado na criação de municípios no país. Entre 1984 e 1997, foram criados 1.405 novos municípios, dos quais 94,5% com menos de 20 mil habitantes. Conforme observado no parecer de Jereissati, essa proliferação levou à pulverização dos recursos repassados a essas novas municipalidades, com utilização destinada basicamente ao pagamento de vereadores e funcionários das câmaras municipais, restando quase nada para estruturar a administração municipal e os serviços públicos.

DIREITOS HUMANOS

José Nery

“Mudanças não podem retirar conquistas”

O presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, José Nery (PSOL-PA), está empenhado, juntamente com os senadores que integram a subcomissão, em um “mutirão de convencimento” junto aos deputados pela aprovação da PEC 438. A proposta prevê a desapropriação de terras onde sejam encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravo e já foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara, onde está parada desde 2004.

Na semana passada foi lançada uma frente ampla, formada por parlamentares, centrais sindicais e movimentos sociais, em favor da proposta, que poderá ser aprovada “ainda neste semestre”, confia o senador. Ele já obteve o compromisso do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, de que colocará a matéria em votação ainda em junho. Confira os principais trechos de entrevista de José Nery à Agência Senado.

Agência Senado - O que a subcomissão tem feito no sentido de acelerar a tramitação da PEC 438?

José Nery - Neste momento, a subcomissão tem tratado como absolutamente prioritária a participação dos movimentos sociais para convencer os parlamentares na Câmara dos Deputados da importância de se punir exemplarmente os escravagis-

tas contemporâneos, com a perda da propriedade. Não há nada mais triste e degradante do que constatar que em 13 anos, 30 mil brasileiros precisaram ser libertados, oficialmente, pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, de condições análogas às de escravos.

Há um consenso no Congresso em torno da necessidade de se colocar um fim à questão do trabalho escravo. No entanto, desde 2004 essa PEC está fora da pauta. De onde partem as resistências?

Uma herança de uma cultura escravagista ainda permeia alguns setores da sociedade. Alguns classificam essas condições precárias e degradantes como apenas irregularidades trabalhistas. O trabalho escravo é uma chaga no Brasil. Mas ao menos aqui há o reconhecimento oficial do problema, coisa que alguns países nem sequer admitem.

A aprovação do PLV 8/08, oriundo da MP 410/07 que permite a contratação de trabalhador rural por períodos de no máximo dois meses, dentro do período de um ano, é favorável ou prejudicial aos interesses dos trabalhadores?

Esse contrato de curto prazo permite a assinatura de um acordo entre as partes que pode ser burlado a qualquer tempo. É preciso assinalar com letras garrafais: a aprovação na MP

410 através do PLV 8/08 representa um enorme perigo para o avanço no processo de desregulamentação das relações de trabalho. Porque, daqui a pouco, vão colocar a seguinte questão: se pode para a área rural, por que não pode para a área urbana? E aí esse caminho pode ser tão abrangente que vai, aos poucos, retirando direitos, ao invés de ir ampliando. Essa parte da MP que foi aprovada no Congresso, abre a porta

para o processo mais ofensivo da chamada reforma trabalhista de conteúdo neoliberal. Porém, no próprio relatório da MP, com as modificações que foram introduzidas em relação à aposentadoria, há alguns aspectos que eu considero razoável, como, por exemplo, o que estabelece alguns novos critérios que ajudam na comprovação do tempo de serviço e de carência para a obtenção do pedido de aposentadoria rural.

Considera-se que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, passou por duas grandes mudanças. A primeira no começo do regime militar, como a criação do FGTS, e a segunda na década de 1990, com os governos neoliberais.

Essa tentativa de precarizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil tem robustas iniciativas na segunda

etapa da chamada Nova República, a partir de 1990. Um dos fatores mais importantes dessa desregulamentação é a terceirização. Ao subcontratar mão-de-obra, as empresas privadas e do governo oferecem salários inferiores aos que eram pagos para a mesma função no período anterior. E essa tentativa de desregulamentação que o governo vem adotando e o Congresso vem apoiando, não chegou ainda no seu ápice. O ápice – a meu ver – é o que estão querendo fazer com a reforma completa da CLT, com um projeto que se encontra em um laboratório de confecção dessas medidas, numa comissão na Câmara. Nós queremos reformas, mas desde que seja para ampliar as conquistas. Neste momento, é preciso fazer avançar conquistas, como a redução da jornada de trabalho de 44 para quarenta horas semanais, sem redução de salário.



LEOPOLDO SILVA

Para Nery, é preciso punir exemplarmente os escravagistas contemporâneos

DECISÕES

Proposta visa equiparar aqüicultor a produtor rural

Projeto que equipara os produtores de peixes, crustáceos e outros organismos de água doce ou salgada aos produtores rurais foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Os beneficiados podem ser pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à produção ou industrialização de pescados cultivados. O relator da proposta (PLC 56/07), Garibaldi Alves (PMDB-RN), considerou que a medida já estava prevista em lei. No entanto, foi aprovado o voto em separado de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele explicou que a lei que prevê a equiparação trata da produção agrícola, e o projeto aborda a situação do produtor. A matéria segue para Plenário.

Foi aprovada ainda pela CRA proposta (PLS 523/03) dispendo que a prova testemunhal passe a ser aceita pela Previdência como comprovação de exercício da atividade rural. O projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), cujo relator foi Jayme Campos (DEM-MT), irá agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) onde terá decisão terminativa.

Também foi acolhido projeto (PLS 171/04) do então senador Ramez Tebet que permite a utilização do trabalho temporário na área rural, a exemplo do que

ocorre nas empresas urbanas. A relatora foi Kátia Abreu (DEM-TO). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será analisada pela CAS, em caráter terminativo.

Relatado por Gilberto Goellner (DEM-MT) e aprovado pela CRA, será enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão conclusiva, projeto (PLS 4/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR), que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos e equipamentos usados na produção de leite. Também foi analisado pela CRA, e agora aguarda deliberação do Plenário, projeto (PLS 389/05) de Valdir Raupp (PMDB-RO) que autoriza o Poder Executivo a construir as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. A matéria recebeu parecer favorável de Kátia Abreu.

Foram aprovados ainda dois requerimentos para realização de audiências na CRA. A primeira, requerida por Kátia Abreu, deve debater os custos da produção agropecuária. A outra, requerida por Goellner, discutirá a condenação dos Estados Unidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por oferecer subsídios aos produtores de algodão.

Benefício para pequenos agricultores

Projeto de Paulo Paim (PT-RS) que estende a condição de segurado especial da Previdência Social a pequenos produtores rurais que tenham até dois empregados foi aprovado pela Comissão de Agricultura. A proposta (PLS 21/08) foi relatada por Flexa Ribeiro. A legislação atual determina que apenas produtores que não tenham nenhum empregado podem ter acesso ao benefício.

O autor do projeto diz acreditar que a medida permitirá a inclusão de mais trabalhadores na

formalidade, uma vez que esses dois empregados poderão ser registrados legalmente sem que o produtor perca o benefício especial.

A matéria será examinada agora pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Paim comprometeu-se a retirar o projeto da pauta da CAS caso a proposta esteja totalmente contemplada em medida provisória sobre o assunto (MP 410/07) que se encontra em tramitação no Congresso.

Trabalho infantil no Paraná será tema de audiência na CDH

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai realizar audiência pública sobre denúncia de trabalho infantil no cultivo e na preparação das folhas de fumo no Paraná. O debate foi requerido por Flávio Arns (PT-PR).

O segundo requerimento aprovado pela comissão foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS) e solicitou audiência sobre os acidentes aéreos que envolveram a Gol, em 2006, e a TAM, em 2007. A CDH também aprovou requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), propondo a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar, na Colômbia, o processo de paz em curso no país.

Comissão aprova projetos em favor de deficientes e idosos

Três propostas que beneficiam pessoas com deficiência foram aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos. O PLC 20/08, que caracteriza a visão monocular como deficiência visual, vai ao Plenário. O PLS 14/08 inclui os deficientes auditivos entre os beneficiários da isenção de IPI na compra de veículos, e segue para a CAE. Já o PLS 668/07, que amplia a duração do seguro-desemprego quando o beneficiário for pai, mãe ou responsável por criança com deficiência, vai para a CAS. A CDH aprovou também o PLS 315/07, que visa dar mais proteção ao trabalho das pessoas com mais de 60 anos de idade. A proposta segue para análise terminativa da CAS.

Suplicy presidirá negociações sobre sargento preso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai presidir grupo de trabalho destacado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para negociar junto ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército uma solução para o caso dos sargentos Laci de Araújo e Fernando Figueiredo. O primeiro foi preso depois de dizer em uma entrevista a um canal de TV e a uma revista que os dois sofrem perseguições na corporação por manterem um relacionamento homossexual desde 1997. Farão parte do grupo, ainda, os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Fátima Cleide (PT-RO) e José Nery (PSOL-PA).

TRABALHO Sindicatos acham que modificação deve ser registrada em lei, se possível na Constituição, mas empresários alegam que o correto é permitir que tais modificações sejam decididas entre patrões e empregados, como ocorre na maioria dos países

Centrais sindicais pedem votação da jornada de 40 horas

Representantes das centrais sindicais entregaram ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, na terça-feira, um documento com 1,5 milhão de assinaturas defendendo a diminuição da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem corte de salário. Os sindicalistas, acompanhados dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), pediram a votação imediata da proposta de emenda à Constituição (PEC 75/03) que prevê a redução na jornada.

As centrais sindicais ouviram de Garibaldi o compromisso de avaliar a possibilidade de colocar a matéria em votação assim que a pauta estiver desobstruída. Antes de passar pelo Plenário, a PEC precisa ser aprovada na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com Paim, autor da PEC, os principais objetivos da proposta são a geração de empregos e a garantia, ao trabalhador, de mais tempo para o descanso e a requalificação profissional. O senador acrescentou que, depois da redução imediata da jornada para 40 horas semanais, a carga seria diminuída em uma hora por ano até chegar ao patamar de 36 horas semanais, considerado ideal por ele.

Isso geraria no final do processo, segundo o parlamentar, algo em torno de 8 milhões de novos empregos.

— São 8 milhões de pessoas trabalhando, produzindo, recebendo, consumindo. A mudança reativaria todo o mercado interno, distribuiria

a renda e aumentaria a produtividade, além de garantir a redução da ocorrência de acidentes de trabalho e permitir ao trabalhador tempo para se qualificar e viver no mundo das novas tecnologias — ressaltou Paim, frisando que a maioria dos países desenvolvidos adota uma jornada diária de seis a sete horas.

O senador apontou ainda como objetivo das centrais sindicais que o empregador que comprovadamente gerar novos empregos a partir da redução da jornada seja beneficiado pela alteração. “Eu defendo, inclusive, que o empregador não pague mais 20% sobre o total da folha de pagamento para a Previdência, mas que a Previdência passe a receber um percentual sobre o total do faturamento”, explicou.

Chinaglia quer mediar as negociações

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), considerou positivo o debate sobre a redução da jornada de trabalho, mas defendeu a necessidade de um maior “aprofundamento” na análise dos vários projetos sobre o tema que tramitam no Congresso Nacional.

Chinaglia anunciou que vai mediar pessoalmente as negociações para a votação das propostas que, segundo ele, devem ser priorizadas, em razão do apelo popular.

— Se [a proposta] reduz drasticamente o desemprego, é um debate sobre o qual não podemos nos afastar. Vou me empenhar pessoalmente. Em algum momento, a Câmara vai ter que deliberar. Não se trata apenas de colocar em votação, mas o que colocar em votação. Pode haver vitória ou derrota [o resultado é] imprevisível em plenário — disse ele depois de se reunir com representantes de sindicatos de trabalhadores e patrões.

Os sindicalistas estiveram na Câmara para participar de comissão geral no Plenário que avaliou as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei em tramitação. Duas das propostas que estão na Câmara (as PECs 231/95 e 393/01, que tramitam em conjunto) foram apresentadas pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), quando ele ainda era deputado. Durante a comissão geral, Arruda parabenizou a Câmara pelo debate, mas cobrou a instalação de um colegiado especial para tratar do assunto. As PECs aguardam análise na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique Santos, que participou do debate, o momento atual é o melhor para aprovar a redução da jornada porque nos últimos anos todos os setores da economia obtiveram ganhos. A diminuição das horas trabalhadas, na avaliação da CUT, é uma forma de dar ao trabalhador tempo para atividades como qualificação profissional, lazer e cultura.

O líder do PT, deputado Maurício Rands (PE), propôs que a Câmara se concentre nos projetos de lei que reduzem a jornada para aprová-los de forma mais rápida. Para ele, o bom momento por que passa a economia brasileira precisa ser compartilhado com os trabalhadores, e a melhor maneira de fazer isso é pela redução da jornada de trabalho.

Ex-presidente da CUT, o deputado Vicentinho (PT-SP), relator dos projetos sobre o tema na Comissão de Trabalho, discorreu do enfoque da discussão. Ele ressaltou que, na França, o debate gira em torno da elevação

da jornada máxima de 35 para 40 horas, mesmo número pretendido no Brasil.

José Genoíno (PT-SP) advertiu que a redução dificilmente poderá ser obtida por emenda à Constituição e que o melhor é buscar, com as centrais sindicais e com os líderes partidários, uma solução para votar a matéria o quanto antes por projeto de lei. “A redução não pode ser apenas uma bandeira, tem que ser viabilizada na prática”, afirmou.



Inácio Arruda, autor de duas PECs, e o debate no Plenário da Câmara, com a presença de sindicalistas: pressão pela votação



ANTÔNIO MILENA/ABR

LUÍZ ALVES/CO

ELTON BOMFIM/CO



Montadora de motocicletas: jornada de 40 horas pode gerar vagas de emprego, afirmam sindicalistas

Um terço trabalha em excesso, diz estudo

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, apresentou na terça-feira no Plenário da Câmara um estudo segundo o qual 36,4% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornada de mais de 45 horas semanais. Desses, uma parcela de 32% faz hora extra, o que representa 6 milhões de empregos a menos. Além disso, 4,5 milhões de pessoas ocupam mais de um posto de trabalho. “O Brasil distribui mal sua jornada de trabalho e poderia ocupar a todos se revíssemos isso”, disse Pochmann durante a comissão geral realizada no Plenário da Câmara.

O economista defendeu uma jornada de trabalho mais bem distribuída, com remuneração mais justa. Pelos dados do instituto, para que o produto interno bruto (PIB) brasileiro chegasse a R\$ 2,4 trilhões no ano passado, foram necessários 172 bilhões de horas de trabalho, que ocuparam 89,3 milhões de trabalhadores — 92% da força de trabalho nacional.

As distorções apontadas pelo Ipea, segundo Pochmann, demonstram que seria possível ocupar todos os trabalhadores brasileiros com uma jornada de 36,6 horas. Ele lamentou que 4,6 milhões de pessoas com menos de 16 anos estejam no mercado de trabalho, o que é ilegal, e 6,9 milhões de aposentados ainda estejam em atividade.

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz, também disse que o momento é oportuno para a redução da jornada. Ele citou estudo do departamento mostrando que a redução significará a abertura de 3 milhões de novos postos de trabalho, formais e informais, e deverá permitir a inclusão produtiva de jovens no mercado. “Os indicadores econômicos, sociais e fiscais a recomendam, porque as empresas estão importando equipamentos e se modernizando, favorecidas pelo câmbio, e cresce tanto a produção quanto a produtividade”, argumentou.

Já o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calculou um aumento de apenas 2% no custo médio da produção com a redução da jornada de trabalho. Isso porque, da década de 90 para cá, houve um ganho médio de produtividade de cerca de 130%. Segundo o diretor do Dieese Clemente Ganslúcio, a redução da jornada de 48 para 44 horas, garantida pela Constituição de 1988, teve efeitos positivos para o emprego e para a economia, e o mesmo poderia ocorrer agora.

Indústria acha errado inserir mudança em lei

O diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marco Antonio Guarita, lembrou que a França discute hoje exatamente a volta da jornada de 35 para 40 horas, porque menos horas de trabalho não resolveram os problemas naquele país. Para Guarita, deveria ser reforçada a negociação entre empregados e patrões, que em muitos casos já tem levado à diminuição das horas trabalhadas.

Magnus Ribas, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), ponderou que a legislação trabalhista não deve igualar todos os setores da economia. “Os acordos e convenções coletivas que oferecem condições muito acima das exigências legais comprovam que é possível negociar vantagens não previstas em lei, não só na jornada, como nos demais benefícios”, afirmou.

Representante da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdiib), Marcos Joaquim Alves disse que a proposta de alterar na Constituição o limite de horas para a jornada de trabalho não é boa. “Não no seu conteúdo, mas no seu procedimento. Nos posicionamos contra trazer para o texto da Constituição a redução, com tetos ou limites da jornada de trabalho, bem como outras matérias, que podem ser tratadas na relação empregador-empregado”, frisou Alves, lembrando que, ao se normalizar a redução da jornada semanal, o processo de negociação com os empregadores é “atrasado”.

Alves argumentou ainda que alterar a Constituição sempre que se discute a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho é “colocar em xeque” o ordenamento jurídico.

— Trazendo para a Constituição esse limite, essa redução, você atravessa o processo. O melhor é que essa discussão possa ser feita dentro dos setores — disse o representante da Abdiib, para quem é preciso focar a redução dos custos para contratação formal e dar maior peso aos acordos e à negociação coletiva.

O consultor trabalhista José Pastore ressaltou que a redução da jornada só deve significar mais empregos se não onerar as empresas e se houver suficientes trabalhadores especializados para suprir as vagas criadas. “De outra forma, o risco é de queda do emprego”, alertou.



Guarita, da CNI: negociações entre empregados e patrões já têm levado à redução da jornada

Carga real raramente segue limite legal

A Constituição federal fixa a jornada de trabalho em 44 horas por semana. Mas inúmeras leis ordinárias garantem jornadas menores para diversas categorias, como bancários, telefonistas, digitadores, enfermeiros e advogados. O resultado é que, na prática, a jornada não respeita a Constituição. Nas regiões metropolitanas, por exemplo, trabalha-se em média 42 horas por semana, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A discrepância entre a jornada legal e a real, que oscila conforme as necessidades do mercado, é, segundo especialistas, um ponto crucial para avaliar o impacto que menos horas de trabalho podem ter para uma possível geração de empregos, como esperam as centrais sindicais.

É importante lembrar que tal discrepância ocorre em todo o mundo, não apenas no Brasil. Veja os exemplos de Alemanha, Inglaterra, Holanda, Irlanda e Dinamarca, países onde a jornada legalmente prevista é de 48 horas semanais. Na vida real, porém, os alemães trabalham em média 40,8 horas; os ingleses, 40,7 horas; os holandeses, 39,5 horas; e os irlandeses e dinamarqueses, 38,5 horas. Na Áustria e na Espanha, ao contrário, trabalha-se mais que as 40 horas previstas em lei (41,3 horas e 40,1 horas,

respectivamente). Na França, idem: 37,6 horas de jornada real contra 35 horas da legal.

Por que as jornadas legal e real não coincidem? Porque as leis dão às partes liberdade para fazer acordos, diz José Pastore, sociólogo e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a legislação não limita o número de horas por dia ou por semana que os empregados maiores de 16 anos podem trabalhar. Apenas obriga o pagamento de hora extra para quem trabalha mais de 40 horas. Na prática, os americanos labutam cerca de 45 horas por semana.

Na Dinamarca, pode-se trabalhar mais do que a jornada legal mediante acordos, desde que exceda quatro meses. Na Alemanha, a jornada diária pode ser de dez horas, desde que se mantenha a média de oito horas durante 24 semanas.

O que ressaltava nesse campo, segundo Pastore, é a longevidade das jornadas legais. Elas têm permanecido estáveis por décadas a fio, enquanto as jornadas praticadas oscilam ao sabor das vicissitudes dos mercados. Na Alemanha, por exemplo, muitas categorias negociaram entre 2004 e 2006 uma ampliação de jornada

sem aumento de salário, para evitar a debandada de empresas para o Leste Europeu.

As centrais sindicais brasileiras argumentam que uma redução da jornada legal em quatro horas possibilitaria a geração de mais de 2 milhões de novos empregos. A conta fecha? “A aritmética está certa. Mas raramente a realidade segue a aritmética. Se fosse possível gerar empregos por lei, não haveria desemprego no mundo”, escreveu Pastore em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*.

Na Alemanha, jornada foi aumentada para evitar a fuga das indústrias

Pastore argumenta que, se a Constituição for modificada, todas as empresas do país terão de cumprir a nova jornada e manter os mes-

mos salários e benefícios.

— Há empresas que podem fazer isso. Outras, não. As chances de se gerar mais empregos são boas, se o custo unitário do trabalho permanecer constante. Mas são péssimas se este subir na proporção da redução do tempo trabalhado, podendo-se repetir o que ocorreu depois de 1988. Em lugar de contratar mais trabalhadores, as empresas passaram a adotar 44 horas, promovendo reestruturções, mecanizações e automação. O efeito empregador foi nulo — assinala o professor da USP.

Quanto vale um empregado

Veja a evolução nos custos médios por hora que as indústrias de diferentes países têm com seus funcionários, incluindo salários e encargos trabalhistas (em US\$ dólares)

País	1996	1998	2000	2002	2004	2005	2006
Américas							
Argentina	7,32	7,87	8,05	2,98	4,47	5,45	6,57
Brasil	7,13	6,69	4,31	3,07	3,81	5,01	5,90
Canadá	18,91	17,97	18,57	18,65	24,03	26,57	29,00
Estados Unidos	22,13	23,14	24,64	27,03	28,98	29,75	29,60
México	2,32	2,37	2,89	3,44	3,33	3,57	3,72
Ásia e Oceania							
Austrália	19,75	17,71	17,01	17,88	27,43	29,18	30,10
China	ND	ND	ND	0,57	0,67	ND	ND
Cingapura	11,78	11,39	11,58	11,97	13,11	13,14	13,55
Coréia do Sul	9,37	6,49	9,43	10,05	12,39	14,60	16,87
Filipinas	1,27	0,91	0,97	1,00	1,07	1,17	1,36
Israel	11,35	12,21	12,77	12,34	13,43	13,80	14,37
Japão	24,05	20,92	25,42	21,86	25,68	25,68	24,40
Nova Zelândia	12,58	10,43	9,31	10,11	15,17	16,64	16,08
Taiwan	6,91	6,31	7,35	6,84	7,26	7,87	7,95
Europa							
Alemanha	ND	28,98	26,56	28,95	39,67	40,05	41,04
Áustria	29,86	26,48	23,01	24,78	34,05	35,27	36,70
Bélgica	27,48	24,67	22,30	24,53	33,56	35,01	36,35
Dinamarca	ND	24,75	22,55	25,60	35,39	36,77	38,21
Eslováquia	ND	2,91	2,61	3,25	5,21	5,82	6,53
Espanha	15,58	14,21	12,48	14,11	20,19	20,97	22,05
Finlândia	24,74	21,78	20,03	22,60	32,15	33,36	35,26
França	27,93	25,11	21,66	23,08	31,67	32,59	33,73
Holanda	ND	23,78	21,04	24,12	34,06	34,76	35,34
Hungria	3,39	3,44	3,54	5,04	7,49	8,15	8,39
Irlanda	16,68	16,29	15,30	18,44	28,02	29,53	30,99
Itália	20,93	19,32	16,57	18,43	26,99	27,75	28,71
Noruega	ND	26,90	25,04	31,32	41,16	44,28	46,31
Polônia	ND	3,50	3,40	4,06	4,80	5,66	6,26
Portugal	6,65	6,49	5,60	6,28	8,68	9,07	9,54
República Tcheca	3,40	3,52	3,37	4,57	6,52	7,24	ND
Reino Unido	17,13	20,87	21,38	23,15	30,86	32,26	33,71
Suécia	25,61	23,74	21,82	22,90	32,59	32,70	34,21
Suíça	32,55	28,18	24,42	27,71	35,21	35,56	35,68

ND = Não disponível
Fonte: Comparação de 33 países elaborada pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, janeiro/2008

COMISSÕES

Overbooking pode gerar indenização

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) a projeto de lei (PLS 114/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que obriga as empresas aéreas a indenizar os passageiros em caso de excesso de reservas na aeronave – o *overbooking*. O projeto também define a responsabilidade do transportador por atraso, interrupção, cancelamento de voo ou dano à bagagem.

O texto altera a Lei 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica). De acordo com a proposta, “o passageiro que, comparecendo na hora estabelecida e portando bilhete com reserva confirmada, deixar de embarcar, por haver a empresa efetuado reservas em número superior à capacidade da aeronave”, terá direito a indenização de “valor equivalente ao da tarifa integral cobrada pelo

transportador para o bilhete aéreo entre o ponto de embarque e o de destino do viajante”.

Ainda segundo o substitutivo, a indenização será paga imediatamente, e a companhia poderá negociar a substituição do ressarcimento em dinheiro por

benefícios. O passageiro também poderá escolher entre o reembolso, o endosso da passagem ou a acomodação em outro voo.

O texto será ainda analisado pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo.



Expedito Júnior apresentou substitutivo ao projeto de Serys Slhessarenko que garante direitos do passageiro de empresa aérea

Comissão quer livros em áudio na internet

Os portadores de deficiência visual obtiveram uma vitória na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Os senadores aprovaram, por unanimidade, parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que determina ao Poder Público disponibilizar na internet arquivos digitais de livros

didáticos, científicos, técnicos e literários.

A proposta, que altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/00), determina que os arquivos deverão possibilitar a conversão em áudio, mediante a utilização de sintetizador de voz, ou impressão no sistema braille.

Flávio Arns lembrou que há cerca de 2,5 milhões de pessoas no Brasil com algum tipo de deficiência visual.

– A grande maioria ainda [encontra-se] excluída do acesso aos avanços que a tecnologia da informação pode prover, para se qualificarem profissionalmente ou simplesmente desfrutarem do saber cultural disponível – afirmou o autor do projeto, que será ainda analisado pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Sugestão de voto facultativo será transformada em PEC

A sugestão da Associação Comunitária de Chonin de Cima, da cidade de Governador Valadares (MG), para instituir o voto facultativo no processo eleitoral brasileiro recebeu voto favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), concordou que o ato de votar deve ser um direito do cidadão, não uma obrigação. Lembrou, no entanto, que o voto obrigatório é uma disposição constitucional e que, portanto, será necessário apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), com a assinatura de 27 senadores, para dar início à

tramitação da matéria no Congresso.

Suplicy prontificou-se em começar, imediatamente, a colher as assinaturas necessárias e, posteriormente, redigir e apresentar a PEC do voto facultativo no processo eleitoral brasileiro.

O senador concorda que a obrigatoriedade do voto justificou-se nos primórdios do exercício eleitoral, como prática didática. Nessas condições, afirmou, o voto precisou ser obrigatório para acostumar o eleitor a votar. Nos dias de hoje, a sociedade está pronta para exercer seu direito, seja para votar, seja para não votar, disse.

PRODUTOS DE DEFESA - Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto que dá ao Ministério da Defesa controle mais claro e abrangente sobre os processos de produção e comercialização de materiais de defesa. A proposta (PLC 126/07), de iniciativa do Executivo e que altera a Lei 10.683/03, ainda precisa ser examinada pelo Plenário.

ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a recriação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Do Executivo, o projeto (PLC 72/08) foi apresentado após o Senado rejeitar, no ano passado, a MP que criava esse órgão com o nome de Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

ISENÇÃO EM CONCURSO - Parecer favorável à proposta que beneficia as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, dispensando-as do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos federais, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O texto será agora encaminhado para a Câmara dos Deputados.

A discussão sobre o projeto de lei do Senado que estabelece regras para a prática de esportes radicais e de aventura deve ser ampliada para que pontos da proposta sejam mais bem esclarecidos. Essa foi a posição de especialistas que participaram de debate sobre a proposta (PLS 403/05), do senador Efraim Morais (DEM-PB), na Comissão

de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), prometeu novas discussões, mas afirmou que os esportes radicais e de aventura necessitam ser regulamentados.

O presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), Silvério José Nery Filho, disse que os equi-

Proposta sobre mudança do clima chegará ao Congresso

O governo deverá enviar ao Congresso, ainda no mês de junho, projeto da Política Nacional sobre Mudança do Clima. O anúncio foi feito pelo subchefe-adjunto de Políticas Governamentais da Presidência da República, Jhaness Eck, durante audiência pública na Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas.

Segundo Eck, o envio da proposta ocorrerá logo depois que forem resolvidas pendências em relação ao tema dentro do Poder Executivo e que o texto receba o sinal verde do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Duran-

te a tramitação da proposta, adiantou o subchefe-adjunto, o governo vai trabalhar na definição do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que deverá detalhar as medidas a serem adotadas para reduzir as emissões brasileiras de gases de efeito estufa.



Ruy de Góes (D), ao lado de Jhaness Eck, também participou da audiência

Marina retoma mandato e defende ações do Ministério do Meio Ambiente

Ao reassumir sua cadeira no Senado, Marina Silva (PT-AC) defendeu as políticas ambientais implementadas durante sua gestão no Ministério do Meio Ambiente. Em referência ao relatório do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) que indicou aumento do desmatamento na Amazônia Legal, em especial em Mato Grosso, ela lembrou que, durante visita do presidente Lula ao Pará em dezembro de 2007, já havia sido detectada tendência de desmatamento.

Marina destacou as dificuldades enfrentadas pelo governo para combater o desmate ilegal.

A senadora também afirmou que, em seu retorno à Casa após cinco anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, será diferente sua forma de interagir com os colegas parlamentares.

– Minha experiência de cinco anos no Executivo requalifica minha interação com os colegas, independentemente das divisões que são feitas na lógica de partido.

Neuto de Conto aplaude presidente Lula por defesa do etanol brasileiro

Em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o presidente do colegiado, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), parabenizou o presidente Lula pela defesa da produção de etanol e biocombustíveis. A manifestação de Lula ocorreu na abertura da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO),

em Roma, no último dia 31.

Neuto de Conto destacou que o Brasil utiliza apenas 7,3% do seu território para a agricultura e, mesmo assim, consegue alimentar 190 milhões de brasileiros e ainda é o maior exportador de alimentos do mundo. Do total de terreno usado para a produção agrícola, destacou o senador, apenas 1% destina-se à cultura de cana-de-açúcar.

PLÁSTICO E ENERGIA - A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento propondo audiência pública para debater as inovações tecnológicas que dão mais rapidez à degradação de materiais plásticos. Também haverá audiência sobre a participação da energia eólica na matriz energética brasileira.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Também foi aprovado pela CMA parecer de Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto (PLS 91/08) de Gim Argello (PTB-DF) que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para a criação de centros de educação ambiental em municípios dos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.

Regulamentação de esportes radicais deve ter mais discussão

A discussão sobre o projeto de lei do Senado que estabelece regras para a prática de esportes radicais e de aventura deve ser ampliada para que pontos da proposta sejam mais bem esclarecidos. Essa foi a posição de especialistas que participaram de debate sobre a proposta (PLS 403/05), do senador Efraim Morais (DEM-PB), na Comissão

de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), prometeu novas discussões, mas afirmou que os esportes radicais e de aventura necessitam ser regulamentados.

O presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), Silvério José Nery Filho, disse que os equi-

pamentos usados para a prática dessa modalidade de esporte estão de acordo com os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O presidente da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo (CBPQ), Jorge Derviche Filho, informou que o esporte já possui regulamentação. Flávio Padaratz, bicampeão mundial de surfe, advertiu que

o projeto, como está elaborado, poderia gerar “conseqüências drásticas” para o esporte. Ele observou que o surfe é considerado também um esporte livre, que se confunde com lazer. O representante do Ministério do Turismo Diogo Demarco reconheceu que o setor deve ser normatizado, desde que em comum acordo com o setor.

COMISSÕES

Grupo retomará projetos para agilizar a Justiça

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), coordenará o novo grupo de trabalho que analisará projetos, em tramitação no Congresso, que alteram dispositivos do Código de Processo Penal para tornar a Justiça mais ágil.

– O primeiro grupo de trabalho já aprovou três projetos importantes que ajudam a acabar com a morosidade. Justiça que tarda já falhou – disse Ideli.

A equipe vai trabalhar no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente do colegiado, senador Marco Maciel

(DEM-PE), indicou os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Demostenes Torres (DEM-GO), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Valter Pereira (PMDB-MS) para compor o grupo.

Nesta segunda-feira, o presidente Lula sanciona três projetos examinados pelo grupo de trabalho, instituído no ano passado, com a mesma finalidade.

Comissão de juristas

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, também criou, no âmbito da Mesa, comissão de juristas para apresentar em seis meses anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal. O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que requereu a criação do grupo, alega que é preciso uma “reformulação mais articulada” do Código, que é de 1941.

Entre os integrantes da comissão, estão Antonio Magalhães Filho, Eugênio Pacelli de Oliveira, Fabiano Augusto Martins Silveira, Félix Valois Coelho Júnior, Hamilton Carvalho e Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.



Ideli Salvatti coordenará o trabalho dos senadores que examinarão as propostas

Mercosul fará seminário para pequenas empresas

A Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul deverá promover em outubro, em Montevidéu, seminário sobre a participação de pequenas e médias empresas no processo de integração das cadeias produtivas dos países que compõem o bloco. O anúncio foi feito pelo embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil no bloco econômico e na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Durante a próxima cúpula dos presidentes do bloco, a partir do dia 30, em Tucumán, Argentina, será anunciada a criação de um fundo destinado

a pequenas e médias empresas, informou o embaixador. O objetivo, disse, será garantir financiamentos a pequenos e médios empresários.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que vai apresentar moção, durante a próxima reunião do organismo, sugerindo a criação de agência de desenvolvimento para o bloco. O objetivo da agência, informou, seria elaborar projetos que estimulem o desenvolvimento dos países do bloco e a integração regional. Por meio desse procedimento, acredita ele, será garantida uma boa utilização dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Comissão aprova nomes para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações de embaixadores para dois postos no exterior: Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho (MSF 271/08), para embaixador no México, e Clodoaldo Hugueneu Filho (MSF 105/08), para representar o Brasil na China, Mongólia e Coréia do Norte.

Foi também aprovada a indicação de Roberto Carvalho de Azevedo (MSF 96/08) para delegado permanente do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). As mensagens seguirão, agora, para exame em Plenário.

Na exposição aos sena-

dores, Clodoaldo Hugueneu Filho ressaltou que China e Brasil enfrentam o desafio de superar a condição de subdesenvolvimento. Para o diplomata, como os problemas enfrentados pelas duas nações são em muitos casos semelhantes, fica aberta a perspectiva interessante de diálogo e parceria.

Depois de um painel sobre a história do México, Sérgio Augusto de Abreu assinalou o interesse daquele país em reduzir sua dependência em relação aos Estados Unidos, o que representaria uma oportunidade de estreitamento de relações que o Brasil poderia explorar.



Estrella, Gabrielli, Mercadante, França de Luca, Haroldo Lima e Narciso Filho na audiência da CAE

Apoio a novo marco regulatório do petróleo

A tese de mudança no marco regulatório do petróleo contou com o apoio da maioria dos senadores que participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para os parlamentares, o país mudou desde que entrou em vigor a Lei do Petróleo (Lei 9.478/07), sendo agora necessários critérios mais justos de distribuição de receitas derivadas da exploração do produto, para beneficiar toda a Federação. O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, participou do debate.

Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que as regras foram desenhadas para um momento em que os riscos de exploração eram elevados. Hoje, disse, está evidenciado o potencial das reservas e, desse modo, teria caído a “zero” os riscos na atividade, o que justificaria menores atrativos para os empreendedores e maior retorno para a União.

Mercadante propõe que empresas paguem mais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu alterações nas regras sobre a exploração de petróleo para beneficiar a União, estados e municípios. O senador – que presidiu a audiência pública sobre a legislação da área e as recentes descobertas de reservas – observou que poucas empresas pagam atualmente a participação especial, apesar da expansão dos lucros do setor.

Participação especial é a com-

Para Casagrande, um novo marco deve conter regras que garantam o financiamento de um bom sistema de defesa ambiental. Ele pediu uma maior preocupação com o uso dos royalties arrecadados pelos municípios produtores.

Gerson Camata (PMDB-ES) disse que, na hipótese de avanço na ideia de reforma do marco regulatório do petróleo, os estados produtores devem ser ouvidos em todo o processo. Ele também demonstrou preocupação com

os aspectos ambientais e sociais decorrentes da atividade petrolífera nas áreas de exploração. Conforme o senador, não se pode esquecer que o petróleo acaba.

Ao responder a Eduardo Azere do (PSDB-MG) sobre os contratos de partilha e de concessão – de autorização do poder público para

exploração de petróleo –, Gabrielli afirmou ser o primeiro mais conveniente, por assegurar maior controle na fase de exploração.

Preocupado com a soberania do país sobre os recursos econômicos na plataforma marítima, como o petróleo, Heráclito Fortes (DEM-PI) procurou saber se os

Estados Unidos respeitam o domínio nacional sobre a faixa marítima de 200 milhas. A resposta é que não tem havido problemas a esse respeito. Também participaram do debate Ideli Salvatti

(PT-SC), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Valter Pereira (PMDB-MS), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). O presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, esteve presente na audiência.

Mudanças foram defendidas em audiência com o presidente da Petrobras

penção financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

– A rentabilidade das empresas do setor cresceu rapidamente, mas não foi acompanhada pelo aumento da participação de União, estados e municípios – disse. Ele afirmou que há 74 campos de exploração na plataforma

continental, mas que, desse grupo, apenas 14 estariam pagando a participação especial. Já em terra, haveria 189 campos, dos quais somente seis estariam realizando o pagamento.

– Temos de rever as regras sobre a participação especial porque essa é a forma como União, estados e municípios participam da renda gerada com o petróleo – destacou o senador, acrescentando que, “na prática, é como se apenas a Petrobras pagasse a participação.

Pochmann: mudança tributária contra pobreza

“Precisamos enfrentar a desigualdade social e a pobreza com uma política tributária mais justa, reduzindo o peso dos impostos diretos, como a Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social], e aumentando a carga tributária sobre os impostos indiretos, como o de Renda.” A sugestão foi feita pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele participou de audiência pública sobre o impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados.

Pochmann declarou que há, no Brasil, um grande horizonte de



Arns propôs grupo de trabalho para examinar o uso dos tributos no combate à miséria

possibilidades para se combater a desigualdade social e a pobreza, mas não é tradição olhar o sistema tributário como uma delas. Para ele, a tributação não pode ser vista

somente como elemento de arrecadação, mas deve ser analisada sob o ponto de vista da “justiça tributária”.

Com base em estudos do Ipea, o presidente do instituto afirmou que os ricos, no Brasil, “praticamente não pagam impostos”.

Flávio Arns (PT-PR) sugeriu a criação, no âmbito da CDH, de grupo de trabalho para analisar o peso da carga tributária no Brasil e as alternativas para combater a pobreza no país. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou apreensão com a elevação da taxa básica de juros (Selic), que chegou a 12,25% ao ano. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o princípio da proporcionalidade no pagamento do Imposto de Renda.

PLENÁRIO

Fátima Cleide cobra esforço pela economia solidária

Um modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e inclusivo só será possível com uma nova educação para a economia solidária, “que veja o ser humano como sujeito, e não como objeto”, afirmou na sexta-feira a senadora Fátima Cleide (PT-RO). Ela lembrou a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado na quinta-feira, e saudou a realização do Fórum Mundial da Educação, realizado entre 28 e 31 de maio, em Santa Maria (RS). O encontro, que teve como tema “Educação, Economia Solidária e Ética Planetária”, integra “o

grande mutirão pela vida que se articula em todo o mundo”, observou.

Fátima Cleide leu trechos da Carta de Santa Maria, documento produzido no final do evento, em que os signatários afirmam que “as relações sociais capitalistas têm-se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial”. Como princípios para as mudanças necessárias, disse a senadora, o fórum aponta a economia solidária “como agente que promova a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da di-

Mozarildo quer CPI sobre políticas para a Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que a partir desta segunda-feira começará a colher assinaturas para criação de CPI destinada a investigar, na Amazônia, as políticas federais de fronteira, indigenista e fundiária.

– Há muita picaretagem na região, por parte de ONGs desonestas, de compradores de floresta, de grupelhos brasileiros e estrangeiros com interesses escusos. O presidente Lula tem razão quando diz que a Amazônia parece pia de água benta, em que todo mundo põe a mão – protestou.

O senador propôs mobilização nacional para estudar o que deve ser permitido fazer na Amazônia, sem esquecer a soberania, já que o Brasil não tem contingentes da Polícia Federal ou do Exército em número suficiente para garanti-la.

Paim destaca iniciativas em defesa do meio ambiente

As comemorações do Dia do Meio Ambiente, na quinta-feira, foram lembradas por Paulo Paim (PT-RS). Ele disse que “cada um de nós é um agente ativo do desenvolvimento sustentável (...) e que a responsabilidade com o meio ambiente é de todos”.

– O desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica, o aquecimento global, a depredação da fauna e da flora, o uso irracional da água, tudo isso é problema nosso, e não apenas de alguns – destacou.

Ele lembrou que tramita no Senado projeto de sua autoria (PLS 112/08) que obriga o governo a priorizar a compra de papel reciclado.



Fátima Cleide aponta caminho para o desenvolvimento sustentável e inclusivo

versidade cultural, articuladas às atividades econômicas”, entre outros.

Conforme destacou, o evento reuniu 35 mil participantes de 14 países, e concluiu pela necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação para a economia solidária e a criação de redes de ensino, pesquisa e extensão nas universidades visando à “socialização do conhecimento produzido nos empreendimentos solidários”.

Arthur Virgílio critica alteração de horários de programas de TV

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou portaria do Ministério da Justiça que trata da classificação indicativa da programação das emissoras de TV, que, segundo revelou, está “angustiado” as pessoas da região amazônica. Isso porque, em decorrência da norma, os programas são exibidos em horários diferentes do resto do país, o que faz com que, por exemplo, os jogos de futebol só possam ser vistos, em gravação, no final da noite e no início da madrugada.

– [Isso] está dando a sensação de que elas não fazem parte do país – protestou.

O senador informou que vai apresentar uma proposição legislativa para impedir essas deliberações “arbitrárias”, que, na sua opinião, censuram os meios de comunicação.

Mesquita Júnior critica proposta de nova CPMF

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou a apresentação de requerimento com 60 assinaturas solicitando urgência para a votação de projeto de sua autoria, em tramitação desde 2003, que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive cerveja, nas emissoras de rádio e televisão. O requerimento depende de aprovação no Plenário.

O senador lembrou que esses veículos são concessões públicas, a serviço da sociedade brasileira, não sendo admissível, assim, o seu uso para estimular o consumo de bebidas alcoólicas, especialmente entre a juventude.

– As fábricas de cerveja querem convencer o governo e a população de que a propaganda não induz ao consumo, mas essa é a mentira mais deslavada que eu já ouvi. Isso é balela, propaganda induz, sim, ao consumo de cervejas, principalmente entre a juventude – sustentou.

Para exemplificar o que pode acontecer com o fim da publi-

cidade de bebidas no rádio e na televisão, Mesquita Júnior citou o caso do cigarro, cujo consumo diminuiu bastante com a proibição de sua propaganda nos meios de comunicação de massa.

O senador também criticou a Contribuição Social para a Saúde, (CSS), cuja proposta aguarda votação na Câmara dos Deputados. Ele disse que, segundo pesquisa, a extinção da CPMF pelo Congresso Nacional no fim do ano passado contou com o apoio de 80% da população.

– Lula, depois de serenada a sua raiva, prometeu não propor nada semelhante, e agora surge essa nova contribuição – disse.

Mesquita Júnior afirmou que “essa forma improvisada” de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) não resolve a questão. Ele lembrou ainda a alta carga tributária no Brasil, que registrou um excesso de arrecadação de mais de R\$ 20 bilhões somente no primeiro quadrimestre deste ano.

Adelmir comemora os 50 anos de Taguatinga

A passagem dos 50 anos de Taguatinga (DF) – em 5 de junho – foi saudada por Adelmir Santana (DEM-DF). Ele destacou o potencial de crescimento econômico e social da cidade-satélite, criada dois anos antes da inauguração da capital, para abrigar os pioneiros que participaram da construção de Brasília.

– Falar de Taguatinga é motivo de muito orgulho para mim. Foi lá que morei quando cheguei a Brasília, em 1964 – afirmou.

Adelmir destacou que a cidade, que hoje reúne 300 mil habitantes e abriga grande parte da economia do Distrito Federal, “não perdeu os ares de cidade do interior”.

Mão Santa ataca defensores de terceiro mandato para Lula

Mão Santa (PMDB-PI) criticou na sexta-feira os que defendem um terceiro mandato para o presidente Lula. Na opinião do senador, mudar as regras eleitorais seria uma espécie de atentado à plenitude democrática.

O terceiro mandato é uma idéia rejeitada pelo próprio presidente Lula, conforme diversas manifestações do chefe do Executivo. Para Mão Santa, os defensores do terceiro mandato “são uns idiotas ao quadrado e ao cubo”.

Crítico contumaz de Lula, o parlamentar informou que dirá em seminário da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nesta semana em Genebra, na Suíça, que “o grande êxito do atual governo está sendo a distribuição de renda”. Mão Santa e Francisco Dornelles (PP-RJ) representarão o Senado no encontro.

HOMENAGENS

Senado lembra 200 anos da imprensa brasileira

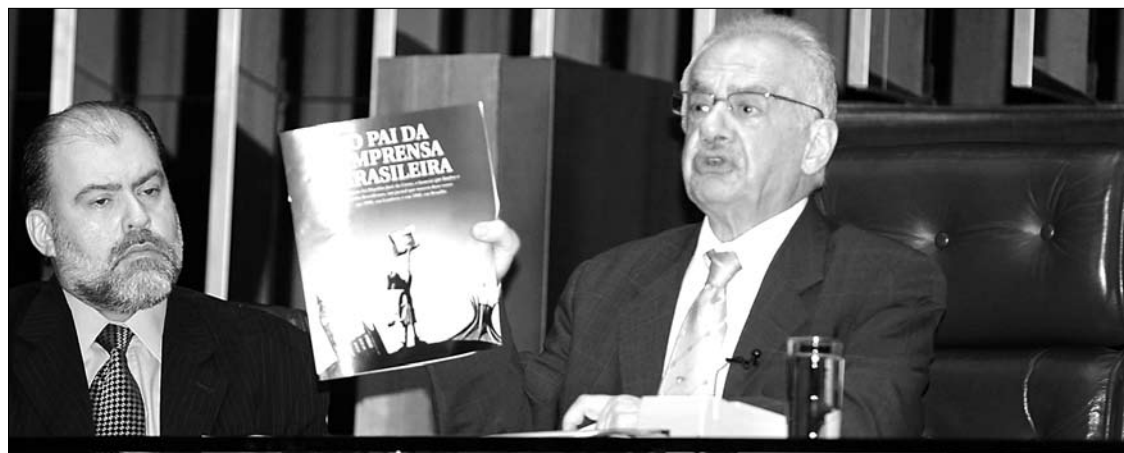
O Senado comemorou na terça-feira os 200 anos da imprensa brasileira e homenageou o seu patrono, Hipólito José da Costa. Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento de homenagem, afirmou que a construção e a manutenção de uma sociedade democrática passam pela liberdade de expressão e por uma imprensa livre e independente.

Para Simon – que presidiu parte da sessão –, a imprensa brasileira possui uma história “rica e emocionante” que deve ser mais conhecida para que a nossa própria história seja melhor compreendida. Ele disse que a imprensa deve continuar cumprindo o papel de estimu-

lar o debate e o pluralismo de idéias.

Ele lembrou os jornalistas que “lutaram para defender suas idéias”, a exemplo de Barbosa Lima Sobrinho e de Wladimir Herzog – este último vitimado pelo regime militar –, ao mesmo tempo em que destacou a obra de Hipólito José da Costa, criador do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado em junho de 1808 em Londres.

Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a união dos meios de comunicação na defesa de uma campanha pela educação com qualidade, bem como a criação de um movimento contra o analfabetismo.



Simon (à direita, ao lado de Paulo Tonet): história da imprensa brasileira precisa ser mais conhecida

Romeu Tuma (PTB-SP) condenou o seqüestro e a tortura de jornalistas por integrantes de milícias em uma favela do Rio de Janeiro.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que, passados 200 anos, “não podemos

mais imaginar o funcionamento de nossa democracia representativa sem a contribuição de uma imprensa livre e atuante”. Também jornalista, ele lembrou que permanece vivo o exemplo deixado por Hipólito da Costa.

Estiveram presentes à sessão

especial, entre outros, o dirigente da Associação Nacional de Jornais, Paulo Tonet Camargo, e o presidente do Conselho Superior da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicação, Roberto Wagner Monteiro.

Voz do Leitor

BIOCOMBUSTÍVEIS

“A crítica de alguns à questão da produção de biocombustíveis no Brasil é, no mínimo, invejosa e tem o objetivo, na minha opinião, apenas de nos desanimar, tendo em vista que o nosso país pode se transformar talvez na maior economia mundial. Porém, para isso, será necessário destruir ainda mais uma das maiores biodiversidades do planeta? Foi essa a possibilidade que o senador Osmar Dias citou no encontro com senadores franceses ao dizer que ‘há mais 90 milhões de hectares de cerrado intactos’? Creio que uma citação como essa nunca será favorável ao seu objetivo.”

Hortência Sousa, de Valparaíso (GO)

DOSSIÊ FHC

“Creio que o senador Alvaro Dias não convenceu ninguém sobre a distribuição do dossiê com as contas do ex-presidente FHC. Ele deveria ser cauteloso quanto aos assuntos institucionais, ao invés de agir com descuido e precipitação em nome de uma malfadada causa oposicionista que só interessa aos loucos por holofotes!”

Célio Borba, de Curitiba (PR)

ANO ELEITORAL

“Sugiro que os senadores não aumentem as verbas dos municípios, pois os prefeitos podem fazer mau uso do dinheiro, comprando votos.”

Glória Rodrigues Borges, de Seridó (PB)

REFINARIAS

“O presidente da República entregou aos bolivianos nossas refinarias e, no fu-

turo, entregará a hidrelétrica de Itaipu ao governo paraguaio. O presidente não defende os direitos dos brasileiros.”

Manoel Antonio da Silva, de Joaquim Gomes (AL)

AMAZÔNIA

“Sugiro que o Senado faça uma lei que proteja fortemente a Amazônia. Que retire toda a população de dentro da floresta e coloque o Exército para vigiá-la contra invasões 24 horas por dia. E que esta vigilância seja feita por terra, céu e água!”

Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)

COMPROMISSO

“Enquanto não houver compromisso e respeito dos parlamentares ao povo deste país, não veremos tão cedo as mudanças que o Brasil tanto precisa!”

Valmir Pereira Gomes Júnior, de Jardim (CE)

SEPARAÇÕES

“Gostaria que fosse menor o prazo nos processos de separação conjugal. Às vezes o cônjuge que dá entrada no processo cria dificuldades, e isso causa mais gastos, lentidão e estresse.”

Joelia de Souza Silva Custódio, de Francisco Morato (SP)

AGENTES DE SAÚDE

“Sugiro que os senadores estudem a possibilidade de apresentar um projeto referente ao salário da categoria dos agentes comunitários de saúde, que atualmente é de um salário mínimo. Gostaria que ele fosse elevado para cinco salários mínimos.”

Roberto da Silva Lima, de Cansanção (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

ambiente legal

Primeira cidade ecológica

Um dos maiores produtores mundiais de petróleo, os Emirados Árabes Unidos vão construir a primeira cidade com índice zero de emissão de gases do efeito estufa. A cidade de Masdar – planejada para 50 mil habitantes – terá também um instituto de

pesquisas voltado para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Em Masdar, que será edificada nos arredores de Abu Dhabi, a capital, serão permitidos apenas miniveículos elétricos, que deverão ter suas baterias recarregadas com energia solar.

O custo da destruição

Em 300 anos o mundo perdeu 40% de suas florestas e, em 50 anos, metade de suas áreas de terra úmida. Essa informação foi apresentada a líderes mundiais reunidos em Bon, na Alemanha, por um grupo de economistas.

Eles advertiram que, se manterem as tendências atuais, 11% das florestas virgens do mundo (foto) e 60% dos corais podem desaparecer até 2030. O custo da destruição alcança centenas de bilhões de dólares por ano.



Uso freqüente da maconha por tempo prolongado pode encolher partes do cérebro que governam memória, emoções e agressão, segundo estudo publicado no Archives of General Psychiatry. Exames de ressonância magnética mostraram que os usuários de maconha apresentaram um hipocampo 12% menor, e uma amígdala cerebelar 7% menor.

A DESCOBERTA DOS ROCKEFELLER - A Exxon, gigante norte-americana do petróleo, admitiu que seu apoio aos lobbies que questionam as provas científicas das alterações climáticas pode ter atrapalhado ações para conter o aquecimento global. Em seu relatório sobre cidadania corporativa, a Exxon diz que pretende cortar verbas de grupos que “desviam a atenção” da necessidade de encontrar novas fontes de energia limpa. A família Rockefeller pediu que a questão ambiental seja levada mais a sério pela empresa.

DOCUMENTÁRIO VIRA ÓPERA - A casa de ópera mais famosa do mundo, La Scala, de Milão, informou que vai transformar em ópera o documentário *Uma Verdade Inconveniente*, de Al Gore, que trata do aquecimento global. O teatro contratou o compositor italiano Giorgio Battistelli para compor a obra, que deve estreiar na temporada de 2011.

Frases

“Nesses últimos cinco anos, vi a questão ambiental ser colocada no coração da agenda deste país. Vi a questão ambiental ser debatida todo dia, como até há bem pouco tempo eram discutidas as questões econômicas”

Marina Silva, em seu primeiro discurso ao retornar ao Senado, após cinco anos como ministra do Meio Ambiente.

“A CSS [Contribuição Social para a Saúde] é uma CPMF transgênica”

Jarbas Vasconcelos, protestando contra o projeto que garante novos recursos para a saúde com o fim da CPMF.

“Pergunte se a sua funcionária não sentiu. Quanto menor o salário, maior era o impacto [da cobrança da extinta CPMF]”

Kátia Abreu, questionando o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que, ao defender um novo imposto para a saúde, disse que sua família “não sentiu no bolso o impacto da CPMF”.

“Nunca imaginei que o homem que chegou ao posto de líder do PT na Câmara se prestasse a um papel vergonhoso daquela natureza, em que omitiu fatos e apontou pessoas simplesmente para atender à ganância política e aos objetivos escusos dos aloprados, grupo ao qual a partir de agora pertence”

Heráclito Fortes, criticando o relatório do deputado Luiz Sérgio na CPI dos Cartões Corporativos.

“Não faço o que vossa senhoria quer. Faço o que é melhor para o Brasil, que é este governo que está aí”

Wellington Salgado, dizendo-se ofendido com as críticas de Heráclito Fortes a Luiz Sérgio.

“Estamos saindo de uma CPI absolutamente frustrada [dos Cartões Corporativos] e, agora, facilmente, já se cogita de outra?”

Garibaldi Alves, que pediu cautela aos que defendem uma CPI para investigar denúncias de interferência do governo na venda da Varig e da Varig Log.

Foto da Semana

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (E), durante reunião que aprovou, na última quinta-feira, por 14 votos favoráveis e 7 contrários, o relatório final apresentado pelo deputado Luiz Sérgio (dir., à mesa). Em seu texto, o relator não pede o indiciamento de nenhuma autoridade do atual governo apontada pelo uso irregular dos cartões



WALTER CAMPANATO/ABF



Manifestantes comemoram liberação das pesquisas com células embrionárias pelo Supremo

Continua o debate sobre células-tronco

A histórica decisão, por 6 votos a 5, do Supremo Tribunal Federal (STF) de liberar as pesquisas científicas com células-tronco embrionárias, como previsto na Lei de Biossegurança, é o tema da quadro "Entrevista Especial" do programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda-feira, às 12h, pela Rádio Senado.

As discussões não se encer-

raram com o julgamento do STF. Segmentos inconformados com a derrota, como a bancada religiosa, prometem traçar novas estratégias. Eles decidiram apresentar uma proposta de emenda constitucional determinando o direito à vida desde a concepção, que, se aprovada pelo Congresso, invalidaria a decisão do Supremo.

Mas, enquanto a questão não é analisada pelo Congresso,

o que as pessoas que sofrem de doenças degenerativas, do coração ou paralisia podem esperar do estudo? Quanto tempo pode levar até que os cientistas descubram a cura dessas doenças? De onde virão os recursos e como serão aplicados? Como estão as pesquisas em outros países? O Brasil está muito atrasado cientificamente? Essas e outras questões serão abordadas no programa.

Rádio homenageia urbanista Lúcio Costa

Lúcio Costa, autor do plano piloto de Brasília, morreu em 13 de junho de 1998, aos 96 anos. A Rádio Senado homenageia o urbanista com a apresentação da reportagem especial *Dez anos sem Lúcio Costa, o inventor de Brasília*, que irá ao ar nesta sexta-feira, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

Um dos destaques da reportagem é a história da participação de Lúcio

Costa no concurso para a escolha do projeto urbanístico da nova capital, em 1957. O urbanista quase ficou de fora do concurso e apresentou um projeto improvisado, dez minutos antes do término do prazo de inscrições, o que o levou a pedir desculpas à comissão julgadora durante a defesa oral de sua proposta:

– Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada,

mas surgiu, por assim dizer, já pronta – disse.

Com base nos arquivos da Secretaria Técnica de Eletrônica do Senado, a reportagem resgatou o áudio do discurso de Lúcio Costa na abertura do I Seminário de

Programa resgata debate em evento sobre os problemas de Brasília

Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, promovido pelo Senado Federal em agosto de 1974. O urbanista debateu com franqueza os problemas de Brasília, então com 14 anos, e fez considerações sobre as superquadras residenciais, a posição da Praça dos Três Poderes e as propostas de expansão da cidade. No final, a definição de Brasília, pelo próprio Lúcio Costa:

– Essa coisa inexplicável. Como pôde ocorrer? É um milagre! Foi porque todos tinham consciência de que era uma nova fase do país. Havia chegado o momento de virar uma página e implantar um Brasil definitivo.

Fique por Dentro da Lei aborda auxílio-doença

Quando uma pessoa tem um problema de saúde e precisa afastar-se do trabalho temporariamente, tem direito ao auxílio-doença, um benefício pago pelo INSS. Qual o valor do auxílio? Em que situações o trabalhador tem direito ao benefício? Quando o auxílio-doença é convertido em aposentadoria por invalidez? E quais os procedimentos que devem ser adotados

para receber o benefício ou requerê-lo perante o Poder Judiciário?

Quem vai responder essas perguntas feitas pelos ouvintes sobre o auxílio-doença é Igor de Andrade Barbosa, defensor público da União no Tocantins, que participará do *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado. A atração vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.



SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado
- 4h30 - De coração
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional
- Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Música
- 15h30 - Mesa Brasileira
- 16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural

DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Música
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 9h - Prosa e Verso
- 9h30 - Música e informação
- 10h - Reportagem Especial
- 10h30 - Música e informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo
- 12h30 - Música e informação
- 14h - Cine Musical
- 14h15 - Música e informação
- 15h - Autores e Livros
- 15h20 - Música e informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo
- 19h30 - Música e informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e informação

- 22h - Cine Musical
- 22h15 - Música e informação

DOMINGO

- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 9h20 - Música e informação
- 10h - Cine Musical
- 10h15 - Música e informação
- 11h - Música do Brasil
- 12h - Música e informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso (reprise)
- 16h30 - Música e informação
- 17h - Reportagem Especial
- 17h30 - Música e informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
 TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
 UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
 ANTENA PARABÓLICA
 Sistema analógico: Satélite - B1
 Transponder - 11 A2
 Polarização: Horizontal
 Freqüência - 4.130 MHz
 Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
 Freqüência - 3.644,4 MHz
 Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
 Antena - 3,6 m
 PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
 Digital NTSC MPEG-2 DVB
 Symbol Rate - 3,2143Ms/s
 FEC - ¾

Como sintonizar

FM
 Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
 ONDAS CURTAS
 Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
 INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
 Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Simpósio discute 20 anos da Constituição

“A Constituição federal de 1988 criou um novo instituto no campo jurídico e deu um espaço muito destacado à questão social brasileira, sem contar também o fato de ter dado uma nova redefinição à questão federativa.” Essa é a opinião do senador Marco Maciel (DEM-PE), convidado do Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, realizado na semana passada em comemoração aos 20 anos da Constituição.

Ex-vice-presidente da República, Marco Maciel destacou que é preciso olhar para a Carta Magna de 88 sob a ótica das condições políticas em que o país se encontrava naquele momento e também com as limitações com que se trabalhou para elaborá-la.

Já para o senador Romeu Tuma (PTB-SP), a democracia,

no Brasil, “nasceu com a elaboração e a promulgação da atual Constituição federal”.

Logo na abertura dos trabalhos, foi feita uma homenagem ao senador Jefferson Péres, falecido no último dia 23. Ele havia sido convidado para apresentar uma palestra no simpósio.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou o primeiro painel do Simpósio de Estudos Constitucionais, que tratou do tema “Limitações e prerrogativas da atividade parlamentar”. Segundo avaliou, o debate ocorre em um momento em que há um enorme desgaste atingindo não só o Poder Legislativo, mas instituições públicas, partidos políticos e políticos em geral. Ele criticou o atual modelo político e defendeu a realização de uma reforma política “urgente”.

No painel que discutiu o controle judicial sobre a atividade parlamentar, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltou que os três Poderes têm passado por um processo de fortalecimento de suas instituições, a partir da solidificação da “nossa jovem democracia”, como ele classificou. No entanto, defendeu, ainda é preciso definir de forma mais clara quais são os limites de influência que cada Poder exerce sobre o outro.

– Hoje o Executivo faz o dever do Legislativo, com o excesso de edição de medidas provisórias; o Legislativo exerce as funções competentes ao Judiciário, quando pratica inúmeras formas de investigação; e o Judiciário “tomou o gostinho” por legislar, ao interferir nas mudanças da reforma política, por exemplo – disse Casagrande.

Senado Verde promove 3ª Semana do Meio Ambiente

Por iniciativa do programa Senado Verde, o Senado promove entre os dias 9 e 13 de junho a 3ª Semana do Meio Ambiente, sobre o lema “Mudança de Atitude”. Diversas conferências e debates sobre temas ligados a questões ambientais serão apresentados no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no edifício do Programa Interlegis. Para a realização das conferências, o Senado contará com a parceria da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesta segunda-feira, o Senado promove, às 14h, a palestra “Coleta Seletiva e Economias de Recursos Naturais”, no Auditório Petrônio Portela. Na terça-feira, às 9h, será apresentada a palestra “Diretrizes de Sustentabilidade para Edifícios Públicos”, na qual serão discutidos procedimentos para a redução de impactos socioambientais, aplicados às construções, e o conceito de Green Building. A partir das 14h, será debatido “O Papel da Comunicação nos Conflitos Socioambientais”.

Nesta quinta-feira, às 17h, acontece o seminário “Uso de

Potenciais Hídricos: a Questão da Transposição das Águas”. Está prevista ainda a exposição EcoSoluções, que mostrará por meio de vídeos e seminário técnico aspectos do projeto de transposição de águas. As atividades ocorrerão no Salão Negro do Congresso Nacional.

O programa Senado Verde foi criado em 2007 para estimular iniciativas de boa gestão ambiental e buscar soluções para evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel. Entre as medidas já adotadas a partir da formulação do Senado Verde, está a digitalização da ordem do dia – que leva à economia de papel –, a coleta seletiva do lixo, o uso do biodiesel em veículos do Senado e a manutenção permanente da frota desses veículos.

Nobel da Paz visita Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe nesta quarta-feira a visita do economista e cientista ambiental Rajendra Pachauri, Prêmio Nobel da Paz de 2007 e presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.



Vânia Maione, Agaciel Maia, Romeu Tuma e Denise Zoghbi participaram da abertura do encontro

Seminário analisa promulgação da Carta Magna

Para aprofundar o debate público sobre o significado da Constituição de 1988 na história brasileira, o Senado e a Câmara dos Deputados realizam, nesta terça e quarta-feiras, o seminário 20 anos da Constituição Cidadã. O objetivo é promover uma análise do período histórico em que se inseriu a elaboração da Carta e, posteriormente, sua vigência, bem como estimular

novas reflexões.

A programação do seminário prevê, para a abertura das atividades, marcada para as 9h45 desta terça, a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves; da Câmara, Arlindo Chinaglia; e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; e do deputado Mauro Benevides, que exerceu o cargo

de vice-presidente da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. Além desse parlamentar, os debates contarão com a participação de outros ex-constituintes. Em cinco painéis, parlamentares, juristas, cientistas políticos, historiadores, sociólogos, educadores e estudantes analisarão questões específicas decorrentes da promulgação da Carta.

LIVRO - Como parte das comemorações dos 20 anos da Constituição, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) lançou o livro *Quadro Comparativo da Constituição Brasileira 1988-2008*. Em cerca de 300 páginas, o livro, organizado pelos assessores do ILB Anderson Pimentel, Ariston Xavier e Susi Ribeiro, contém um quadro comparativo entre a Constituição atual e a promulgada em 1988, apresentando as mudanças realizadas, artigo por artigo.

CENTENÁRIO - O Congresso Nacional recebeu na última quarta-feira representantes da comunidade formada por descendentes dos imigrantes japoneses para o lançamento oficial do projeto Origami do Centenário, cujo objetivo é a construção de um painel com as bandeiras dos dois países, formado por 500 mil dobraduras com mensagens, ou desejos, escritos em seu interior. Depois de pronto, o painel será instalado no Congresso.

PRÊMIO - O jornalista da TV Senado Francisco Sant'Anna teve sua tese de doutorado *Mídia das Fontes - Um Novo Ator na Cena Brasileira* escolhida para receber o prêmio do Senado Francês intitulado *Le Prix des Thèses du Sénat*. O prêmio é destinado às melhores teses de ciência política, economia e sociologia sobre questões relacionadas à atividade parlamentar. A cerimônia de entrega da Medalha do Senado Francês está prevista para 1º de julho.

Presidência

Artistas querem impedir isenção do pagamento de direitos autorais

Representantes da classe artística se reuniram com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, na terça-feira passada, para solicitar que não seja votado o projeto de lei que determina que o pagamento do direito autoral sobre as músicas utilizadas em filmes fique limitado ao momento da contratação de seu uso pela produção (PLS 532/03). A proposta isenta as empresas exibidoras do pagamento de 2,5% sobre a bilheteria dos filmes ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

De acordo com os artistas,

o projeto atenta contra os interesses da classe e contra a Constituição federal, que, em seu artigo 5º, garante a inviolabilidade do direito de autor.

– Essa isenção vai prejudicar muita gente. A própria lei nos faculta o direito de cobrar. É dado ao autor o direito de dizer se quer que toque ou não quer que toque – disse a cantora Joelma.

Já a superintendente-executiva do Ecad, Glória Braga, alegou que a entidade e os artistas não foram ouvidos durante a elaboração e a apreciação do projeto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Policial deve proteger os menores de idade

Segundo a Constituição, as polícias Federal, Militar e Civil são os únicos órgãos responsáveis por garantir a segurança pública. Na relação com crianças e adolescentes, além dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, maiores e menores (relacionadas

na última edição do *Especial Cidadania*), os policiais têm ainda que respeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei baseada no princípio constitucional de que toda a sociedade tem o dever de proteger crianças e adolescentes. Veja nesta edição como deve agir o policial.

Esclarecendo as principais dúvidas

Por que os menores que descumprem a lei são chamados de infratores? Há diferença entre crime e ato infracional?

Não. São apenas formas diferentes que os legisladores usam para se referir às condutas que desrespeitam as leis penais. Quando o ECA fala de ato infracional refere-se ao descumprimento da lei criminal e não de regras de comportamento, como infração ao regulamento da escola, aos bons costumes etc.

Perante a lei, qual a diferença entre o tratamento que a polícia deve dar aos adultos que cometem crime e o exigido em relação ao menor infrator?

A lei considera criança a pessoa com até 12 anos incompletos, e adolescente o cidadão que tem entre 12 e 18 anos. Quando o maior de 18 anos comete crime, é preso. Já o adolescente é apreendido. Os procedimentos são distintos. Enquanto os adultos são processados segundo as regras dos códigos Penal e Processual Penal, para os adolescentes valem as normas previstas no ECA, que baseia-se na idéia de que o menor tem direito a proteção, especialmente se comete infração, para que possa tornar-se, mais tarde, um cidadão capaz de se fazer respeitar e de respeitar o direito dos outros. Por isso, para cada tipo de infração, o estatuto prevê uma medida de proteção que deve incluir, conforme cada caso, atendimento psicológico, pedagógico e social.

O policial pode apreender criança ou adolescente infrator?

Sim. É dever do policial prevenir e reprimir qualquer crime e

cumprir as ordens judiciais.

Como deve agir o policial em relação à criança apreendida?

Encaminhá-la imediatamente a um programa de proteção especializado em ato infracional praticado por criança e encaminhar o caso, não a criança, ao Conselho Tutelar.

O que acontece com os adolescentes?

Se forem apreendidos por ordem judicial, devem ser imediatamente levados ao juiz. Se a prisão for em razão de flagrante de ato infracional, devem ser levados à delegacia especializada no atendimento a crianças e adolescentes (mesmo se cometeram infração associados a um adulto) ou a outra, se não existir uma especializada. Neste caso, o adolescente deve permanecer separado dos presos adultos.

O que acontece na delegacia?

Se a detenção for por infração grave (violência ou ameaça grave à vítima), o delegado deve:

1. Lavrar um auto de apreensão do menor, depois de ouvir as testemunhas e o adolescente;
2. apreender o produto e os instrumentos da infração;
3. requisitar os exames ou perícias necessários para comprovar a existência e a autoria da infração; e
4. apresentar o menor ao promotor do Ministério Público (MP) competente:

a. se não for possível a apresentação imediata ao promotor, o delegado deve encaminhar o adolescente ao serviço de atendimento ao menor, se houver, para que a instituição o

apresente em 24 horas; ou

b. caso não haja serviço de atendimento, o adolescente deve aguardar a apresentação ao MP na delegacia, por, no máximo, 24 horas, separado dos presos adultos.

Para as demais infrações, o delegado deve fazer um boletim de ocorrência e, caso os pais ou responsáveis compareçam, deve liberar imediatamente o adolescente, desde que eles assinem um termo de compromisso e responsabilidade de apresentá-lo ao promotor.

Em caso de constatar a presença de crianças ou adolescentes em locais e eventos que exigam maioria, como deve agir o policial?

Se o menor está desacompanhado, o policial deve entregá-lo aos pais ou responsáveis. Se os pais não comparecerem, a criança é encaminhada a um programa de proteção especializado, e o adolescente à delegacia especializada. Nos dois casos é obrigatório informar ao Conselho Tutelar.

E no caso dos menores que vivem nas ruas?

O ECA estabelece que todos os direitos fundamentais dos menores devem ser garantidos com prioridade absoluta. Por isso, ninguém, policial ou cidadão, pode se omitir quando encontra menores morando, usando drogas, agredindo ou sendo agredidos, explorando ou sendo explorados nas ruas. A polícia deve encaminhar o menor a um programa de proteção especializado, ou à delegacia e daí ao MP, conforme ele seja criança ou adolescente.

Abuso de autoridade precisa ser denunciado e punido

Além da corregedoria de polícia a que está subordinado o Ministério Público, em caso de abuso de autoridade contra criança ou adolescente deve-se procurar o Conselho Tutelar (*leia mais sobre o assunto na edição nº 124, de 29/05/2006*).

Por outro lado, o cumprimento rigoroso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por parte dos pais, com relação à proteção, educação e formação da criança e do adolescente, ainda é a melhor medida para diminuir o risco de intervenção da polícia.

As medidas socioeducativas

O Estatuto da Criança e do Adolescente define medidas a serem aplicadas aos adolescentes infratores. Veja quais são algumas delas:

- ▶ Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade
- ▶ Orientação, apoio e acompanhamento temporários
- ▶ Matrícula e freqüência obrigatórias em escola pública
- ▶ Inclusão em programa de auxílio à família, à criança e ao adolescente
- ▶ Advertência
- ▶ Obrigação de reparar o dano que causou
- ▶ Prestação de serviços à comunidade
- ▶ Liberdade assistida
- ▶ Internação em regime de semi-liberdade
- ▶ Internação em estabelecimento educacional

Segundo o estatuto, ao aplicar a medida ao adolescente, o juiz ou o Ministério Público deve levar em conta a capacidade do menor em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. A legislação ainda ordena que em hipótese alguma a prestação de trabalho forçado pode ser aplicada como medida socioeducativa.



Outras regras

▶ É proibido o transporte do adolescente em compartimento fechado de veículo policial (camburão).

▶ O adolescente só pode cumprir medida socioeducativa de internação em unidade exclusiva para adolescentes, por um período máximo de três anos. Caso não haja uma na sua cidade, ele deve ser imediatamente transferido para a mais próxima. O prazo máximo que o adolescente pode esperar por essa transferência na delegacia é de cinco dias.

▶ Os adolescentes internados devem ser separados por sexo, idade, compleição física e gravidade da infração.

▶ Durante o período de internação, inclusive provisória, é obrigatória a realização de atividades pedagógicas.

Saiba mais

Projetos

PLS 118/07 - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autor: senador Pedro Simon (PMDB-RS).

PLS 709/07 - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir que o tempo de internação do menor infrator com idade entre dezesseis e dezoito anos seja de até seis anos. Autor: senador Gerson Camata (PMDB-ES).

PLS 18/06 - Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais. Autor: senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Legislação

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm